

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO**

(Mestrado em População e Desenvolvimento)

**RENDA E POBREZA RURAL NO CENTRO E NORTE DE
MOCAMBIQUE, 1996 - 2002**

Teles Chigamane Sociado Huo


Maputo

2006

Teles Chigamane Sociado Huo


**RENDA E POBREZA RURAL NO CENTRO E NORTE DE
MOÇAMBIQUE, 1996 - 2002**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em População e Desenvolvimento, aprovada em sua forma final pela Coordenação do Mestrado em População e Desenvolvimento do Centro de Estudos da População (CEP), da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.



Professor Catedrático Manuel de Araújo
Coordenador do Curso

Júri:

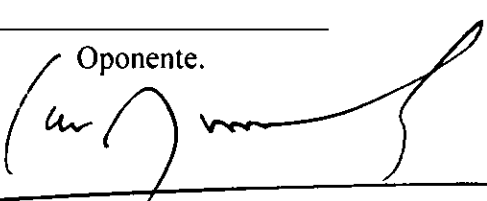


Prof. Doutor Paulo Mole
Orientador

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 32135
DATA 24/ Abril 2007
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
COTA <i>GTP-</i>



Presidente do Júri.

Oponente.


DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em especial, ao meu filho Teles Júnior e a minha esposa Ana Luisa J. Vilanculos Huo, pelo apoio e compreensão; aos meus pais por me terem mostrado as portas deste mundo e a todos aqueles que tornaram possível este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um profundo apreço ao Prof. Doutor Paulo Mole, meu professor de “Princípios de Economia”, e orientador deste trabalho. Agradeço igualmente a sua família pela hospitalidade nos momentos em que lá estive, particularmente a filha a quem privei do querido pai.

Ao Professor Catedrático Manuel de Araújo, Director do Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento, do CEP, pelo seu papel na orientação do mestrado e pelo estímulo dado na realização do trabalho.

À Direcção de Economia do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, por ter possibilitado o acesso à base de dados do TIA.

Ao Professor Catedrático Carlos Serra, a quem devo muito do meu incipiente percurso epistemológico, pelas discussões e pela força e inspiração dadas na realização deste trabalho. Ao Prof. Doutor Carlos Arnaldo, pelo apoio que possibilitou a realização do trabalho. Extensivamente, a todos os professores do mestrado em população e desenvolvimento, de modo particular, ao Professor Marc Wutys.

Os meus agradecimentos vão igualmente aos professores Luis de Brito e Elísio Macamo, com quem partilhei os momentos iniciais deste trabalho.

Ao FNUAP vai o meu profundo agradecimento pela bolsa que me concedeu para este mestrado.

Conteúdo

LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE TABELAS	vi
RESUMO	vii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	1
1. 1. Contexto	1
1. 2. Problema de Estudo	2
1. 3. Objectivos.....	3
1. 4. Estrutura da tese	3
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	4
2.1. Introdução.....	4
2. 2. Revisão da literatura	4
2.2.1. Evolução histórica.....	4
2.2.3. Principais abordagens.....	5
2.2.4. Pobreza em Moçambique.....	11
2.3. Metodologia.....	17
CAPÍTULO III - CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS	18
3.1. Introdução.....	18
3.2. Características demográficas	18
3.2.1. Tamanho dos agregados familiares.....	18
3.2.2. Situação escolar.....	20
3.3. Posse de recursos.....	22
3.3.1. Tamanho da machamba.....	22
3.3.2. Tração animal	25
3.3.3. Uso de insumos	26
3.3.4. Uso de mão-de-obra	27
3.4. Conclusão	28
CAPÍTULO IV - A ESTRUTURA DA RENDA RURAL.....	30
4.1. Introdução.....	30

4.2. Estrutura da renda.....	30
4.2.1. Fontes agrícolas.....	32
4.3.2. Fontes não agrícolas.....	36
4.4. Conclusão	40
CAPÍTULO V - DINÂMICA DA RENDA RURAL.....	42
5.1. Introdução.....	42
5.2. Mudanças relativas na estrutura da renda	42
5.2.1. Fontes agrícolas.....	43
5.2.2. Fontes não agrícolas.....	47
5.4. Conclusão	50
CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES.....	54
6.1. Conclusões.....	54
6.2. Implicações.....	57
6.2.1. Para as políticas.....	57
6.2.2. Para a pesquisa	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Tamanho médio dos agregados familiares por província, TIA 2002.</i>	19
Figura 2 - <i>Percentagem da população por níveis educacionais, IAF 2002/03.</i>	20
Figura 3 - <i>Nível de analfabetismo por província, TIA 2002.</i>	22
Figura 4 - <i>Tamanho da machamba (ha), por agregado familiar.</i>	23
Figura 5 - <i>Área total da terra cultivada por agregado familiar.</i>	24
Figura 6 - <i>Percentagem de agregados familiares que usam tracção animal.</i>	25
Figura 7 - <i>Percentagem de famílias que usam insumos.</i>	26
Figura 8 - <i>Percentagem de famílias que usam força de trabalho na machamba.</i>	28
Figura 9 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda média.</i>	32
Figura 10 - <i>Produção agrícola por cultura, 1996 e 2002.</i>	33
Figura 11 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos mais pobres.</i>	34
Figura 12 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos menos pobres.</i>	35
Figura 13 - <i>Peso relativo das fontes não agrícolas na renda da família média.</i>	37
Figura 14 - <i>Estrutura da renda não agrícola dos mais pobres.</i>	38
Figura 15 - <i>Estrutura da renda não agrícola dos menos pobres.</i>	39
Figura 16 - <i>Mudanças no peso de cada fonte agrícolas, na família média.</i>	43
Figura 17 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos mais pobres.</i>	45
Figura 18 - <i>Mudanças no peso relativo de fonte agrícolas dos menos pobres.</i>	46
Figura 19 - <i>Mudanças no peso de cada fonte não agrícolas, na família médias.</i>	47
Figura 20 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos mais pobres.</i>	48
Figura 21 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos menos pobres.</i>	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Estrutura da renda per capita por tercís de rendimento.</i>	31
---	----

RESUMO

Apesar dos dados estatísticos oficiais indicarem redução da pobreza no país, ainda prevalece o debate sobre a real situação. Estudos feitos sobre pobreza em Moçambique, analisam a sua dinâmica na relação com o crescimento económico, olhando para o comportamento do consumo e das despesas das famílias. Este trabalho, analisa a pobreza a partir do padrão e da dinâmica da renda rural, no Centro e Norte do país, entre 1996-2002.

A análise permitiu identificar as fontes que determinam a renda total dos indivíduos, bem como as mudanças no peso relativo de cada fonte, na renda total. Por outro lado, a análise da dinâmica da renda total, mostrou que o nível de renda aumentou em todas as categorias de pobreza (entre os mais pobres, os pobres medianos e os menos pobres). Tendo em conta a pobreza na perspectiva monetária, que foi a opção teórico-metodológica aqui adoptada, o comportamento da renda total sugere que, ao longo do período em estudo, houve melhorias da situação de pobreza rural no Centro e Norte do país. Todavia, a dinâmica mostra que a pobreza absoluta reduziu mas aumentou a pobreza relativa.

Embora o nível de renda total tenha crescido em todas as categorias de pobreza, o facto de ter sido mais favorável aos menos pobres, comparativamente aos mais pobres, justifica os níveis de pobreza rural ainda prevalecentes. Isto significa que o desafio da redução da pobreza é ainda maior. Entretanto, a sustentabilidade das mudanças registadas dependerá de políticas capazes de alargar continuamente a renda dos mais pobres, fortemente dependentes da renda agrícola.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. 1. Contexto

A pobreza em Moçambique tem merecido várias interpretações que levam a diferentes apreciações do problema. Dados estatísticos do INE (IAF, 2002/03) indicam melhorias da situação de pobreza no país. Segundo estes dados, a percentagem de pobres passou de 69% em 1996/97, para 54% em 2002/03. Porém, esta conclusão tem sido questionada em vários debates sobre pobreza no país¹.

Ao nível da economia, indicadores macro-económicos mostram que o país tem vindo a registar progressos. De 1994 a 2004, o crescimento médio do PIB *per capita* foi de 5.7% (IMF, 2005: 11). Este crescimento é considerado animador, num país onde o PIB *per capita* é ainda baixo, rondando aos \$ 210, com mais de 60% da população sem acesso aos cuidados de saúde e apenas 6.9% da população com acesso a electricidade (IAF 2002/3; Hodges e Tibana, 2005: 42).

Em países como Moçambique onde a maioria das pessoas vive no meio rural, com 80% dos seus rendimentos gerados a partir da agricultura e os restantes 20% a partir de actividades não agrícolas mas com fortes ligações com a economia agrícola local, a agricultura desempenha um papel fundamental na redução da pobreza (Carrilho, 2003: 1).

Um sector agrícola em crescimento constitui uma base sustentável para a redução da pobreza rural. O crescimento do sector agrícola aumenta a possibilidade do alargamento da renda agrícola e estimula o investimento em áreas não agrícolas, de pequenas indústrias agro-pecuárias, alargando a possibilidade de obtenção da renda não agrícola, ao mesmo tempo que sustentabiliza a produção agrícola e o crescimento da renda total, reduzindo a vulnerabilidade dos pobres.

¹ Televisivos, radiofónicos, na página dos leitores do Jornal Notícias, etc.

Esta tese analisa a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, a partir da análise da estrutura e do padrão de mudanças na renda rural.

O argumento principal é de que a redução da pobreza rural depende da possibilidade de aumento da renda total dos pobres. Este aumento é condicionado por incentivos e condições infra-estruturais para uma agricultura mais produtiva e rentável, virada para o mercado. Entretanto, para a redução da pobreza, o crescimento da renda total dos pobres deve ser sustentável.

Portanto, um crescimento agrícola que permita o aumento da renda pode possibilitar a redução dos níveis de pobreza no meio rural.

1. 2. Problema de Estudo

Em 1991, foi publicado o “Relatório Green”, intitulado *Social dimensions of adjustment*, segundo o qual 60% da população moçambicana vivia em condições de pobreza absoluta. Este relatório, considerou como estando na pobreza as famílias que gastavam acima de 60% da sua renda na compra de bens alimentares. Entretanto, em 1997, um inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar (IAF), veio a indicar que 69,4% da população era pobre.

Em 2001, Moçambique adoptou uma estratégia de combate à pobreza, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), agora na sua segunda fase (PARPA II).

Em 2002-2003, foi realizado um outro inquérito aos agregados familiares sobre o orçamento familiar, que mostrou que em comparação com os dados de 1996-1997, a incidência da pobreza reduziu ao nível de todo o país em 15,3%. Estes dados mostraram também que a população abaixo da linha de pobreza diminuiu de 69,4% para 54,1%. Além disto, foi concluído que a profundidade da pobreza reduziu em 9%, ou seja, que não só a percentagem de pobres tinha reduzido como também os pobres tinham ficado relativamente menos pobres (Hodges e Tibana, 2005: 43).

Embora as conclusões do IAF 2002-2003 indiquem uma melhoria da situação de pobreza no geral, o debate sobre a pobreza no país tem revelado algum cepticismo em relação a sua real redução, contrariando os vários estudos baseados nos mesmos dados.

Este trabalho analisa a situação da pobreza rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002, a partir da análise da estrutura e do padrão de mudanças na renda rural, durante o período em referência. Deste modo, a questão que se põe é qual terá sido a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002?

1. 3. Objectivos

O objectivo geral do trabalho é contribuir para um melhor entendimento da pobreza rural em Moçambique. Neste sentido, o trabalho analisa a estrutura e o padrão de mudanças da renda rural no Centro e Norte, de 1996 a 2002, e, desta análise, inferir sobre a situação de pobreza rural na região em referência.

1. 4. Estrutura da tese

A dissertação é constituída por seis capítulos. O primeiro, apresenta a introdução do trabalho, mostrando o contexto, problema de estudo, objectivos e a estrutura da dissertação. O segundo capítulo, apresenta os aspectos metodológicos do trabalho, iniciando com a revisão da literatura. O terceiro capítulo, apresenta as principais características dos agregados familiares rurais, nos seus aspectos demográficos, de posse de recursos e uso de tecnologias de produção. O quarto capítulo, apresenta a estrutura da renda rural, indicando as principais fontes de renda, agrícolas e não agrícolas. O quinto capítulo, apresenta uma análise do padrão e da dinâmica da renda rural, bem como as suas implicações na pobreza rural. O trabalho termina com a apresentação do sexto capítulo, que indica as principais conclusões e as implicações do estudo.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1. Introdução

Este capítulo apresenta a revisão da literatura e a metodologia adoptada para a realização do trabalho.

Pobreza é um fenómeno multidimensional. A evolução do seu tratamento reforça essa multidimensionalidade, reflectida no desenvolvimento de várias abordagens que procuram captar da melhor forma possível as suas dimensões.

O entendimento do que é pobreza, bem como a forma da sua medição e avaliação são aspectos que dividem os estudiosos.

A metodologia proposta visa ampliar o entendimento da pobreza rural em Moçambique, a partir da análise do comportamento da estrutura da renda rural.

2. 2. Revisão da literatura

Esta secção apresenta uma síntese das principais teorias sobre pobreza e uma reflexão sobre os trabalhos já realizados em Moçambique.

A secção inicia com a apresentação da evolução histórica do entendimento da pobreza, indicando depois as principais abordagens e os principais trabalhos sobre Moçambique.

2.2.1. Evolução histórica

Tradicionalmente, a pobreza era assumida como algo natural e inevitável. Até ao século XIX, a discussão era se a pobreza devia ser considerada como uma questão moral, resultante da falta de ética, trabalho e sentido de responsabilidade dos próprios pobres ou o efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado (Schwartman, 1997).

Ainda durante o século XIX, a pobreza era também explicada pela preguiça, aspectos culturais e excesso de bebida dos pobres. Durante este século, a pobreza era vista como uma característica específica das pessoas e não como um fenómeno circunstancial ancorado num determinado contexto estrutural.

Mais tarde, nos anos 50 e 60, o tema da pobreza ressurgiu na América Latina sob o rótulo de estudos sobre marginalidade, em três vertentes: a primeira, de inspiração marxista, que interpretava a pobreza como associada ao conceito do “exército industrial de reserva”, ou seja, os pobres como uma criação do capitalismo. A segunda, de inspiração católica, chamada vertente católica, com um tom ético e moral, que encarava a pobreza como produto da exploração das classes dominantes, gananciosas, sem caridade e solidariedade. A terceira, desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos da América, interpretava a pobreza em termos do atraso cultural, que fazia com que as pessoas não tivessem iniciativa, não fizessem uso dos seus recursos e não procurassem melhorar a sua vida (Schwartman, 1997).

Esta síntese do desenvolvimento histórico mostra como o conceito de pobreza foi evoluindo ao longo da história da humanidade, tornando-se cada vez mais complexo e polissémico.

2.2.3. Principais abordagens

No estudo da pobreza várias abordagens teóricas foram desenvolvidas, por exemplo, a teoria cultural ou culturalista da pobreza, a teoria estrutural ou estruturalista, entre outras.

A teoria cultural ou culturalista, analisa a pobreza como resultado da atitude dos próprios pobres, ou seja, responsabiliza os pobres pela sua própria pobreza, pelos seus valores “desviantes” que passam de geração para geração, gerando a sua própria pobreza.

A teoria estrutural ou estruturalista, procura analisar a pobreza no contexto dos seus determinantes sociais, encarando-a como produto de situações estruturais que podem ser de natureza económica, política ou social².

Para Ravallion (1992), a pobreza está associada ao facto de, numa determinada sociedade, as pessoas não serem capazes de atingir o nível material e de bem-estar assumido como o mínimo razoável nessa sociedade. Este autor, defende um estudo da pobreza a partir da renda, que a considera uma boa medida de avaliação de oportunidades de consumo, do que a própria medida de consumo em si. Este posicionamento é aceitável se consideramos que é a renda que financia o consumo.

Estudos da pobreza a partir da renda normalmente envolvem a definição de linhas de pobreza. A construção de uma linha de pobreza começa com a identificação das necessidades nutricionais de uma sociedade, a partir das quais deve ser determinada a cesta básica, que é a cesta de menor custo capaz de atender as necessidades nutricionais estimadas. Esta determinação estabelece a linha de indigência. Assim, a linha de pobreza é o somatório da linha de indigência e o custo mínimo de necessidades não alimentares observadas quando o consumo alimentar é atingido (Ravallion, 1992).

Para Rocha (1996) a pobreza é um fenómeno complexo para o qual não existe uma definição inequívoca. Entretanto, considera estar associada à ocorrência de carências relativas, nos diversos aspectos da vida dos indivíduos. Esta autora, também considera importante o estudo da pobreza a partir da renda e mostra como os efeitos combinados de aumento da renda e da eliminação das perdas inflacionárias durante um mês no Brasil, implusionaram o consumo popular de alimentos, electrodomésticos e material de construção. Segundo este estudo, esta mudança possibilitou a melhoria das condições de vida dos pobres daquela região e influenciou também noutras dimensões da pobreza, como a melhoria das condições de habitação e da sua qualidade de vida. A melhoria das condições de habitação permitiu reduzir o efeito de determinadas doenças, como a malária, levando à redução da morbidade e mortalidade dos indivíduos, aumentando a sua produtividade. Este estudo mostra como o aumento da renda dos indivíduos permite reduzir a pobreza.

² A propósito destas duas teorias, veja: "Poverty: its definition and measurement", in: http://www.sociologyonline.co.uk/soc_essays/Poverty.htm, visitado em 16-05-2006.

Apesar da importância do estudo da pobreza a partir da renda, já nos anos 70 a abordagem da pobreza a partir das “necessidades básicas” se tinha popularizado, como alternativa à abordagem a partir da renda.

Tendo em conta que as sociedades actuais são cada vez mais de consumo, onde o urbano se ruraliza enquanto o rural se urbaniza, a renda assume-se como a melhor medida de avaliação da pobreza, comparativamente ao consumo, porque indica o potencial dos indivíduos e a sustentabilidade ou não das mudanças nos níveis de pobreza existente.

Todavia, a opção metodológica do estudo da pobreza a partir da renda levanta um debate teórico que veremos seguidamente.

Para o Banco Mundial (1997), a pobreza é a incapacidade de atingir um nível de vida mínimo, que inclui, para além do consumo privado, o acesso a bens públicos e custos de participação na vida quotidiana. Considera, assim, que a pobreza é um fenómeno multidimensional, que está para além da incapacidade de satisfazer as necessidades básicas, incluindo a falta de controlo de recursos, de acesso a educação, a saúde, informação, má alimentação, falta de abrigo, acesso deficiente à água, ao saneamento, vulnerabilidade aos choques (internos e externos), violência, crime, falta de liberdade política e de participação. Este entendimento, reforça a complexidade do fenómeno “pobreza”.

Na perspectiva do desenvolvimento humano, a pobreza é encarada como uma negação de escolhas e de oportunidades para uma vida mais aceitável (PNUD, 1997). A este propósito, James Speth (1997) considera que a pobreza tem muitas facetas e que é mais do que uma questão de baixa renda, pois, reflecte um problema de educação e saúde escassas, privação de conhecimento e de comunicação, falta de condições para exercer os direitos humanos e políticos, ausência de dignidade, confiança e respeito próprio. Este entendimento, realça a complexidade da pobreza, mas não permite distinguir o fenómeno “pobreza” em si, dos seus efeitos. Por exemplo, a ausência de dignidade, confiança e respeito próprio, será pobreza como tal ou resultado da pobreza dos indivíduos?

A renda condiciona a dignidade, confiança e respeito próprio dos pobres. Contudo, isto não significa que seja a única determinante, mas desempenhe um papel

fundamental no alargamento das escolhas dos indivíduos, principalmente quando estas não são limitadas por factores de natureza política ou étnico-raciais de exclusão.

Num outro trabalho sobre pobreza, Rocha (2000) volta a reforçar a necessidade do estudo da pobreza a partir da renda.

Importa considerar que uma linha de pobreza torna relativa e complexa a comparação internacional de níveis de pobreza, pois, numa sociedade, nem todos os indivíduos tem as mesmas necessidades, muito menos em sociedades diferentes. Por outro lado, a própria noção de pobreza varia de sociedade para sociedade e consoante o tempo. Em Moçambique, a consideração do que é pobreza no PARPA I foi ajustada no PARPA II.

O trabalho de Comim e Bagolin (2002) mostra que a pobreza é um fenómeno multidimensional e diverso, envolvendo aspectos absolutos e relativos, tais como: ter fome, doença, não ter onde viver, estar economicamente vulnerável, sentir-se socialmente excluído, sentir-se isolado, não saber ler, não ter renda para comprar o que deseja, etc. Estes autores analisam a pobreza a partir da chamada abordagem de “capacidades”, que, segundo eles; consiste na identificação e análise de coisas de valor que as pessoas são capazes de ser e de fazer no seio de uma sociedade. Porém, consideram que não se pode inferir que os pobres tem perfeita capacidade de analisar as causas da sua pobreza e muito menos de definir prioridades para o seu combate. Criticam assim, os estudos baseados na visão dos próprios pobres.

Laderchi, *et. al.* (2003) apresentam uma outra perspectiva de análise da pobreza. Defendem que a pobreza pode ser tratada em quatro perspectivas: primeira, como um problema de privação da renda, que significa incapacidade de custear as necessidades mínimas da vida; segunda, como um problema de “capacidades”, que significa falta de liberdade para funcionar adequadamente na sociedade; terceira, como um problema de vulnerabilidade, que significa incapacidade de proteger-se do empobrecimento resultante de choques e riscos internos ou externos e, por último, como um problema de poder, que significa falta de voz e de direitos políticos. Estas perspectivas são uma contribuição teórico-analítica importante no estudo da pobreza. Porém, importa considerar que elas não se excluem completamente, o que torna a análise mais complexa.

Portanto, a pobreza pode ser estudada a partir de diversas perspectivas: monetária, de “capacidades”, de exclusão social ou participativa. Estas perspectivas condicionam o entendimento e as estratégias de combate a pobreza.

Este trabalho reforça que a perspectiva monetária da pobreza privilegia uma análise baseada na insuficiência monetária ou seja, baseada na renda para pagar pelas necessidades mínimas da vida. Assim, envolve o uso de linhas de pobreza expressas na forma monetária. Entretanto, estudos que analisam a pobreza numa perspectiva monetária tendem a direccionar a sua análise na geração e distribuição da renda, como factores determinantes. A perspectiva de “capacidades”, considera que a pobreza é uma falha em alcançar um mínimo básico de capacidades necessárias. Assim, sugere que a pobreza deve ser analisada em termos da incapacidade dos indivíduos em assegurar uma qualidade de vida minimamente adequada, ou seja, a capacidade de viver uma vida valorizada. A perspectiva da exclusão social, toma como base a análise dos processos sociais de privação no seio da sociedade, onde a questão da distribuição e redistribuição é importante e vista como aquela que conduz ao empobrecimento. Quanto a perspectiva participativa, esta privilegia a visão dos próprios pobres na análise e entendimento da pobreza. Esta perspectiva contraria a visão de Comim e Bagolin (2002) que questiona a pertinência da visão dos próprios pobres no entendimento do que é pobreza.

O trabalho de Wuyts (2004) sugere duas dicotomias conceptuais no tratamento da pobreza: a primeira, que é a perspectiva da pobreza como insuficiência de recursos ou como produto de desigualdades sociais e, a segunda, que analisa a pobreza como um “estado” em si ou como um processo. Como insuficiência de recursos significa analisá-la enquanto que um problema de insuficiências, que caracteriza os indivíduos de baixo rendimento. Como produto de desigualdades sociais, considera o contexto das desigualdades internas, ou seja, o resultado da interacção social entre as pessoas. Pobreza como um “estado” em si, significa falta de dinheiro, viver abaixo da linha de pobreza, necessitar de ajuda, ser excluído e não ter poder, ou seja, pobreza como uma condição específica de vida num dado momento. Finalmente, como um processo, significa centrar-se nos processos de empobrecimento existentes numa sociedade.

A proposta deste autor é também um contributo teórico-analítico valioso para o estudo da pobreza. Esta proposta mostra como a pobreza pode ser tratada de várias ângulos analíticos, dentro dos quais deve ser discutida, sem a pretensão de que um ângulo seja melhor do que outro, mas sim como uma opção metodológica face aos objectivos pretendidos.

Lopes (2005), no seu trabalho, analisa a pobreza a partir de duas abordagens: a abordagem de “capacidades” e das “necessidades básicas não satisfeitas”. Na primeira realça a capacidade dos indivíduos de exercerem as suas liberdades e de fazer respeitar os seus direitos sociais, civis e políticos. Esta abordagem sublinha a importância do acesso a bens públicos em geral. Segundo este autor, um indicador de pobreza com estas características pode ser considerado relativo subjectivo, porque reflecte a percepção que os indivíduos têm da sua pobreza.

Alternativamente, na abordagem das “necessidades básicas não satisfeitas”, considera essencial o acesso à alguns bens para uma vida mais digna, como: o acesso a água potável, rede de esgotos, colecta de lixo, acesso ao transporte, educação, saúde, etc., considerados indispensáveis para uma vida saudável e para uma inserção na sociedade. Segundo este autor, a satisfação destas necessidades é economicamente benéfica, uma vez que aumenta a produtividade dos indivíduos, reduzindo a pobreza.

Para Ribas (2005), no estudo da pobreza mostra-se importante considerar as condições económicas e demográficas. Porém, esta consideração tem merecido pouca atenção da maioria dos estudiosos da pobreza, embora o debate sobre a relação entre factores demográficos e desenvolvimento seja secular e inconclusivo. Apesar da sua importância, muitas das estratégias de combate a pobreza não têm integrado de forma directa os factores demográficos associados à dinâmica populacional.

Por outro lado, o trabalho de Bradshaw (2006) relembra duas teorias no estudo da pobreza: a “teoria da deficiência individual” e a “teoria social progressiva”. A chamada “teoria da deficiência individual”, baseada na “teoria cultural ou culturalista”, coloca os indivíduos como responsáveis pela sua condição de pobreza. Segundo esta teoria, os indivíduos são pobres porque criam os seus próprios problemas, pois, com trabalho árduo e melhores escolhas seria possível evitar a pobreza. Assim, a pobreza existe porque os pobres têm fraco incentivo para melhorar as suas condições de vida, sendo necessário

dispertar esses incentivos para o combate a pobreza. Os mais severos defensores desta teoria, consideram que a pobreza resulta da fraca qualidade genética dos indivíduos, responsável pela baixa inteligência. Portanto, esta teoria considera que o problema da pobreza está associado à habilidade e motivação dos indivíduos na sociedade, que pode estimular ou evitar a pobreza. Este estudo considera que a visão económica neoclássica reforça esta teoria ao defender que os indivíduos procuram maximizar a sua sobrevivência fazendo escolhas e investimentos que maximizam o seu bem estar. Pelo que, opções de menor retorno são da responsabilidade dos próprios indivíduos.

A este propósito, importa lembrar que a “teoria cultural” da pobreza sustenta que esta é causada pela transmissão, ao longo de gerações, de um conjunto de crenças, valores e conhecimentos socialmente gerados e que propiciam a pobreza dos indivíduos.

Relativamente a “teoria social progressiva”, o estudo em referência, refere que esta teoria analisa a pobreza como um problema originado por factores de natureza económica, política e social que levam a que as pessoas tenham oportunidades e recursos que condicionam a obtenção da renda necessária para o seu bem-estar. Esta teoria mostra que o problema da pobreza está associado ao sistema estrutural e não aos indivíduos em si, contrariando a “teoria da deficiência individual”, baseada na “teoria cultural” da pobreza.

Portanto, embora os estudiosos da pobreza reconheçam que o problema da pobreza está associado a insuficiências, mantém-se o diferendo quanto a tipificação e hierarquização dessas insuficiências, bem como quanto as suas razões. Por conseguinte, políticas de combate a pobreza são determinadas pela forma como ela é encarada, consoante a perspectiva teórica subjacente, consciente ou inconsciente, condicionando o sucesso ou não das intervenções daí resultantes.

2.2.4. Pobreza em Moçambique

Sobre pobreza em Moçambique, o trabalho de Helberg e Tarp (2001) apresenta uma análise a partir do estudo do desenvolvimento dos mercados agrícolas. Este estudo defende que o alargamento da renda rural dos pobres, para reduzir a pobreza, depende de políticas capazes de expandir a comercialização da produção dos pequenos produtores

agrícolas. Defende ainda que o desenvolvimento dos mercados agrícolas depende da aplicação de tecnologias agrícolas melhoradas, do acesso aos mercados, da melhoria na gestão do risco, da expansão do capital físico e humano básico e do comportamento de preços. O estudo realça a importância do desenvolvimento rural para a redução da pobreza, pois, o desenvolvimento dos mercados agrícolas permite alargar a renda rural dos pobres, reduzindo os níveis de pobreza.

O trabalho de Simler, *et. al.* (2004) analisa os determinantes dos níveis de pobreza, tendo em conta a questão da educação, planeamento familiar e consumo dos agregados familiares, com o objectivo de identificar políticas capazes de reduzir a pobreza no país. Este estudo conclui que o nível educacional determina o bem-estar das pessoas. Por outro lado, reconhece que o sucesso na redução da pobreza depende do aumento da produtividade agrícola. Sobre a produtividade agrícola, refer que o problema não está no alargamento dos campos agrícolas em si, mas na necessidade de promoção de uma agricultura moderna e mecanizada com variedade de sementes melhoradas e uso de fertilizantes, que aumentem a produtividade dos campos. Esta promoção, pode ser estimulada com a melhoria das estradas, criação de mercados, bancos e extensão de sistemas de comunicação nas zonas rurais. Conclui que o investimento em infra-estruturas pode estimular o desenvolvimento agrícola e reduzir a pobreza nas zonas rurais.

Relativamente ao planeamento familiar, o mesmo estudo mostra que a relação entre pobreza e o número de dependentes no agregado familiar é fundamental para o entendimento da pobreza. Quanto maior for o número de dependentes maior será a sua tendência para a pobreza. Deste modo, o planeamento familiar deve ser parte das apostas para a redução da pobreza. Assim, considera que o planeamento familiar pode reduzir o risco de pobreza, melhorar a saúde e a qualidade de vida das mulheres e aumentar a participação da força de trabalho na produção e na produtividade.

Em relação ao consumo, Simler, *et. al.* (2004) justifica que esta é uma boa medida de análise da pobreza, uma vez que a renda é uma medida de oportunidade ou de possibilidade de bem-estar e não do bem-estar realizado. Considera ainda que o consumo flutua menos do que a renda, para além de que as pessoas recorrem a poupanças, crédito e transferências para aliviar o efeito da flutuação da renda, assegurando o seu consumo.

Este argumento longe de fragilizar reforça a importância da renda, particularmente quando se pretende analisar não apenas a dinâmica da pobreza mas também o potencial dos indivíduos para a saída da pobreza. O consumo observado indica o “estado” de pobreza. Uma política de combate a pobreza deve privilegiar um tipo de análise que indique quer a situação do momento como o potencial de reversão.

Portanto, este trabalho destaca os aspectos da educação, desenvolvimento agrícola e dinâmica populacional, no entendimento da pobreza em Moçambique. Assim, defende que o fraco nível de desenvolvimento infraestrutural condiciona o combate a pobreza por não possibilitar a dinamização das economias locais.

O trabalho de Vieira (2005) discute a conexão entre crescimento económico e a redução da pobreza, bem como as bases teóricas e metodológicas do estudo da pobreza. Assim, analisa a evolução da pobreza em Moçambique em duas perspectivas: a partir da análise da privação em termos de “necessidades básicas”, tendo como base os dados do INE (IAF, 1996/97 e 2002/03) e, a partir da privação em termos de “oportunidades e escolhas dos indivíduos”, tendo como base o Índice de Pobreza Humana (IPH). O trabalho conclui que em Moçambique o crescimento económico registado foi favorável aos pobres. Isto significa que possibilitou a melhoria dos níveis de pobreza.

Maximiano, *et. al.* (2005), analisa a pobreza a partir dos níveis de consumo, tendo como base os dados do INE (IAF, 1996/97 e 2002-03). Este trabalho sustenta ser fundamental analisar a pobreza tendo como base o consumo e despesas e não tendo como base a renda. Argumentando que numa economia agrícola como a de Moçambique a renda é volátil, uma vez que a maior parte dos agregados familiares recebe a sua renda depois da colheita, nos meses de Julho, Agosto e Setembro. Assim, caso esses agregados fossem entrevistados nos meses de fraca renda, poderiam ser considerados pobres, quando gastam a sua renda ao longo dos restantes meses do ano.

Em nosso entender a sazonalidade da renda revela a vulnerabilidade e o risco permanente a que os agregados familiares rurais estão expostos, especialmente os agregados familiares mais pobres, fortemente dependentes da renda agrícola.

Este estudo analisa os determinantes do consumo, como factor que condiciona a pobreza. Porém, o consumo é avaliada na relação com outras variáveis, como: características demográficas, nível educacional, emprego, características comunitárias,

acesso aos cuidados de saúde e outras. Conclui que no período que separa os dois IAF's houve mudanças no comportamento dos determinantes da pobreza em Moçambique, que levou à uma melhoria da situação da pobreza no geral.

Isaksen, *et. al.* (2005) refere que a maior parte das análises feitas sobre pobreza em Moçambique, são baseadas em dados quantitativos. Neste trabalho, a pobreza é vista como um resultado mensurável do processo social e económico, daí que, recomendam uma concepção da pobreza assente numa perspectiva multi-dimensional, geográfica e culturalmente contextualizada. Este estudo, apela ainda a adopção de uma “metodologia pluralista” do estudo da pobreza em Moçambique, combinando métodos quantitativos e qualitativos.

Por outro lado, o trabalho de Massuanganhe (2005) relaciona pobreza e crescimento económico. Este autor, constata haver uma correlação significativa entre o crescimento económico, alocação orçamental, boa governação e redução da pobreza. Mostra ainda, que a dinâmica da pobreza é moldada pelo resultado de investimentos e do crescimento económico. Assim, conclui que uma ajuda financeira descentralizada pode melhorar as capacidades locais e contribuir para a redução da pobreza. O estudo faz apelo a descentralização como um factor determinante, capaz de fortalecer as capacidades locais para o combate a pobreza e o alcance dos objectivos do milénio para 2015.

Embora a maioria de estudos sobre pobreza em Moçambique assente em dados quantitativos, em 2005 foi publicado um relatório de um estudo sobre pobreza assente em dados qualitativos. Este estudo, realizado nas províncias de Inhambane e Sofala, por uma equipa de investigadores do Departamento de Arqueologia da UEM, conclui que embora a situação de pobreza seja ainda extrema, os níveis de pobreza têm vindo a melhorar. Esta pesquisa faz uma análise numa perspectiva do desenvolvimento humano, avaliando a dinâmica do acesso educacional, dos cuidados de saúde e da água potável.

Pessoas entrevistadas, no âmbito do estudo em referência, apresentaram a sua percepção sobre pobreza, como se segue:

“Quando o caminho de ferro (CFM) trabalhava bem, as pessoas tinham emprego, recebiam dinheiro, e compravam esteiras, comida e outras coisas que aqueles que não trabalhavam produziam, agora que não trabalha bem (CFM) ficamos todos pobres, porque não temos dinheiro para comer e

para comprar coisas que outros produzem.” (Mate, et. al., 2005:19)

Este depoimento mostra a importância que os indivíduos dão à renda, por determinar a sua qualidade de vida. A luta pela obtenção de uma renda capaz de assegurar a sobrevivência das pessoas é um factor recorrente no dia a dia, condicionando outros determinantes da pobreza. Por exemplo, quando níveis de escolaridade são comprometidos não pelas dificuldades de acesso a escola mas por abandono escolar associado à necessidade que os pais têm de envolver, desde cedo, os seus filhos na obtenção da renda familiar, isto compromete a dimensão “educação” da pobreza, numa perspectiva do desenvolvimento humano. Por conseguinte, a renda influi também noutras dimensões da pobreza.

As pessoas disseram que “somos pobres porque não chove, quando chove não somos pobres porque produzimos nas nossas machambas”; “somos pobres pois mesmo trabalhando, as nossas machambas não produzem, as chuvas não caem, o calor está cada vez mais intenso só nos queima os produtos nas machambas, e torna-nos cada vez mais pobres” e outras, que “às vezes lançamos a semente, a pensar que vem a chuva, mas nada, a semente acaba por se perder debaixo da terra, as chuvas já não caem regularmente, e não temos outras fontes de água para irrigação” (Mate, et. al., 2005:45). Isto revela a dependência dos indivíduos em relação a renda agrícola.

Portanto, no caso de Moçambique a renda mostra-se fundamental no entendimento da pobreza, onde a satisfação das necessidades elementares como alimentação, vestuário entre outras é ainda um desafio para a maioria e, por isso, onde, segundo dados do IAF 2002/03, a maior percentagem da renda mensal é dedicada a obtenção de bens alimentares.

O trabalho de Bruck e Broeck (2006), analisa a relação entre o crescimento económico e a pobreza. Este estudo, avalia as tendências dos indicadores macro-económicas do país, de 1990 a 2002, e as suas implicações no emprego e no bem estar das pessoas. Para estes autores, estimar o efeito dos resultados do emprego no bem estar familiar permite estabelecer uma conexão importante entre crescimento económico, emprego e pobreza.

Portanto, estudos sobre pobreza em Moçambique podem ser agregados a dois níveis: os que centram a análise da pobreza numa perspectiva económica, que vai desde a análise dos indicadores macro-económicos, crescimento económico, do mercado de trabalho, da economia rural, da produção agrícola e do consumo e despesas dos agregados familiares (Heltberg e Tarp, 2001; Massingarella et al, 2005; Maximiano, *et. al.*, 2005; Vieira, 2005; Bruck e Broeck, 2006) e, os que analisam a situação de pobreza numa perspectiva de desenvolvimento humano, avaliando o efeito dos níveis educacionais e a dinâmica do acesso a educação, saúde e água (Massuanganhe, 2005; Mate, *et. al.*, 2005).

Esta dissertação analisa a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002, a partir da análise da estrutura da renda rural, avaliando o padrão e a dinâmica da renda.

O estudo da renda é pertinente para o entendimento da pobreza em Moçambique, porque permite avaliar as capacidades potenciais de reversão da situação. Assim, a estrutura da renda permite descortinar as principais fontes e o seu peso relativo na renda total, possibilitando o entendimento da situação da pobreza numa perspectiva monetária. Este entendimento, permite a definição de políticas capazes de contribuir para o alargamento da renda total dos indivíduos, influenciando a redução da pobreza. Por outro lado, o comportamento das fontes de renda permite determinar a sustentabilidade das mudanças nos níveis de pobreza.

A relação entre renda e outros determinantes da pobreza, numa perspectiva de desenvolvimento humano, reforça a importância do estudo da renda para o entendimento da pobreza. Quanto mais ampla for a análise da pobreza, do ponto de vista do cruzamento de várias abordagens e formas de tratamento, maior será o entendimento da situação de pobreza do país.

Neste sentido, a perspectiva monetária de pobreza, a que considera pobreza como um problema de privação da renda (segundo Laderchi, *et. al.*, 2003), como insuficiência de recursos (na concepção de Wuyts, 2004), que está bem na linha da chamada “teoria social progressiva da pobreza” (para a qual a pobreza é um problema associado a factores estruturais que limitam a renda necessária para o bem-estar), constitui o fundamento

teórico para este trabalho, não por ser o “melhor” mas por ser o que melhor ajusta-se ao problema em estudo.

Importa realçar que a adopção de uma perspectiva monetária, não significa reduzir as dimensões do bem-estar social às condições materiais e monetárias de existência, mas sim, o reconhecimento de que a renda tem uma relação forte com outras formas de privação do bem estar. As teorias que assumem que a pobreza é um problema dos indivíduos em si, a semelhança da chamada “teoria cultural ou culturalista da pobreza”, são reduccionistas por não integrarem na sua análise os factores estruturais que a condicionam.

2.3. Metodologia

O estudo foi utiliza métodos estatísticos de análise quantitativa e qualitativa. A análise da pobreza rural no Centro e Norte do país, foi estabelecida a partir da análise da estrutura da renda rural. Mudanças nas fontes de renda e mudanças no peso relativo das fontes na renda total, indicam a dinâmica da renda, cujo padrão têm efeitos nos níveis de pobreza local. Por outro lado, numa perspectiva monetária, o crescimento da renda indica melhoria da situação de pobreza. O peso relativo e o comportamento das fontes de renda, não só permite avaliar a situação da pobreza como também a sustentabilidade da mudança.

A análise da estrutura da renda têm enfoque na composição e, por isso, nas fontes. Os dados utilizados são do inquérito designado “Trabalho de Inquérito Agrícola” (TIA) do Ministério da Agricultura, de 1996, 1998 e de 2002. O tratamento dos dados foi feito com recurso ao SPSS.

A estrutura e dinâmica da renda são analisados a partir de uma categorização dos níveis de pobreza. Isto é, foram estabelecidos três níveis de pobreza na base de tercis de renda líquida *per capita*: (a) mais pobres, (b) pobres e (c) menos pobres.

A análise tem como ponto de partida a família típica (média) da região em estudo, que serve de comparação com os três níveis acima referidos.

Com esta análise, para além do padrão geral das mudanças na estrutura da renda, procura-se determinar as mudanças em todas as categorias de pobreza.

CAPÍTULO III

CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS

3.1. Introdução

Este capítulo apresenta algumas características dos agregados familiares rurais, como o tamanho dos agregados familiares, a situação escolar, a posse de recursos e o uso de tecnologias de produção. Estas são características que determinam as possibilidades de obtenção da renda e, como tal, influem no nível de pobreza.

O capítulo não procura comparar as famílias vivendo no meio rural e urbano, mas caracteriza as famílias rurais para posterior análise da estrutura e dinâmica da renda rural.

3.2. Características demográficas

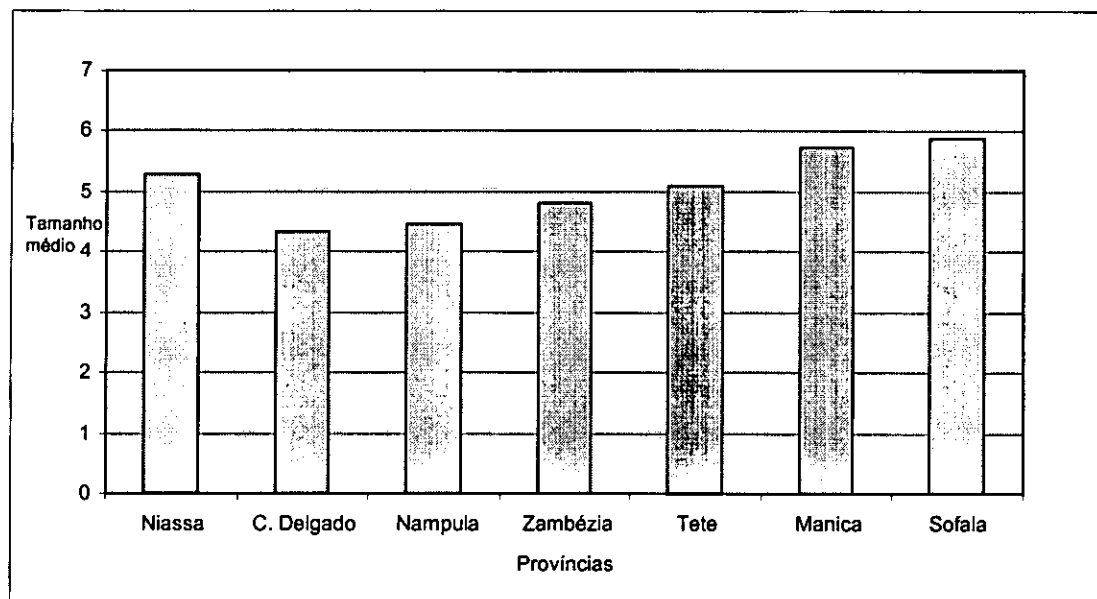
Nesta secção apresenta-se o tamanho dos agregados familiares rurais e a sua situação escolar, como características demográficas fundamentais na relação com a renda e pobreza.

3.2.1. Tamanho dos agregados familiares

O tamanho médio de membros dos agregados familiares é menor nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Segundo dados do IAF 2002/03, o tamanho médio do agregado familiar é de 4.7 membros na zona rural e de 5.2 membros na zona urbana.

Os dados do TIA 2002 indicam que o tamanho médio das famílias rurais do Centro e Norte do país é de 5.08 membros, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Tamanho médio dos agregados familiares por província, TIA 2002.



Fonte: TIA 2002.

As províncias de Niassa, Manica e Sofala, apresentam um tamanho médio dos agregados familiares acima da média da região, enquanto que as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, apresentam um tamanho médio dos agregados familiares abaixo da média da região.

O tamanho dos agregados familiares é um importante factor no entendimento da pobreza. Barros, *et. al.* (2000), num estudo sobre mudanças demográficas e pobreza no Brasil, mostraram como mudanças demográficas ocorridas na composição etária e no tamanho das famílias no Brasil, influíram no alargamento da renda familiar, reduzindo, deste modo, a pobreza local.

Num outro estudo, Fields e Soares (2002) mostraram como na década de 80, a redução do número de membros por agregado familiar motivou o aumento da renda que levou à redução dos níveis de pobreza na Malásia.

Portanto, tal como Simler, *et. al.* (2004) refere, programas de planeamento familiar, que visam reduzir o tamanho dos agregados familiares, permitiriam não só

aliviar a pobreza mas também melhorar a saúde da mulher, bem como, a participação desta na força de trabalho, aumentando assim a produtividade no meio rural.

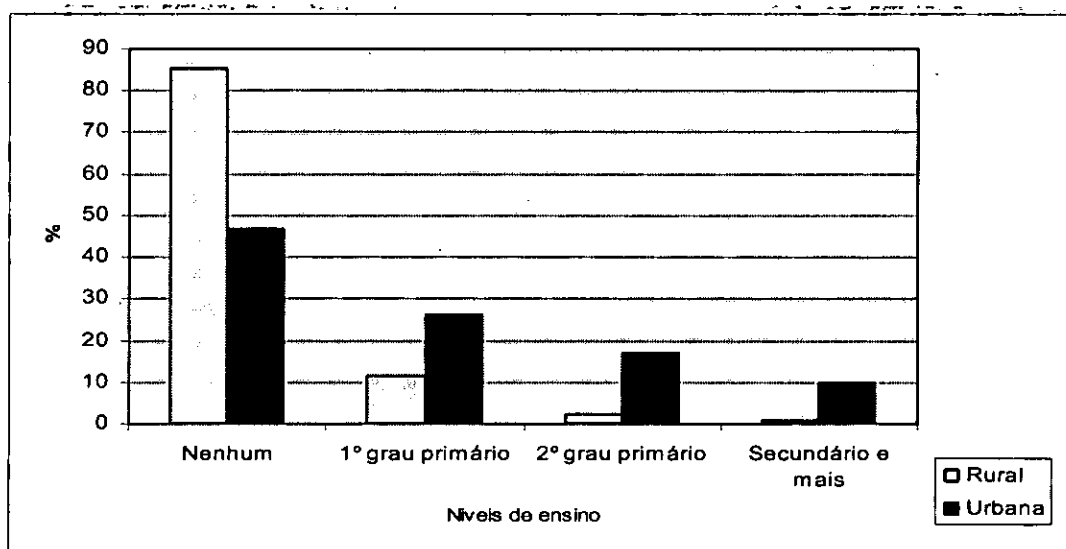
3.2.2. Situação escolar

Os agregados familiares do meio rural apresentam níveis educacionais mais baixos comparativamente aos do meio urbano. Segundo dados do IAF 2002/03, a taxa de analfabetismo na zona rural é de 65.7%, enquanto que na zona urbana é de 30.3%. Esta situação pode estar associada ao fraco acesso escolar na zona rural, resultante de uma rede escolar ainda fraca, e a problemas de natureza sócio-cultural que limitam o acesso à escola, especialmente, o acesso de raparigas. Por outro lado, as desistências em vários níveis educacionais também contribuem para a fraca escolarização.

Se por um lado, a educação é um factor importante para o combate a pobreza, por outro lado, a pobreza limita a capacidade de elevação dos níveis educacionais das pessoas, provocando um ciclo vicioso.

A Figura 2, compara os níveis educacionais, por nível de ensino concluído, na zona rural e urbana.

Figura 2 - Percentagem da população por níveis educacionais, IAF 2002/03.



Fonte: IAF 2002/2003.

A propósito da ligação entre pobreza e educação, Valerio *et. al.* (2005) analisa o impacto das propinas escolares formais e informais e outras despesas escolares relacionadas. Estes autores, avaliam igualmente os factores contextuais associados à baixa retenção dos alunos no meio urbano e rural e analisam ainda a diferença na acessibilidade e qualidade das escolas, bem como, a disparidade no bem-estar geral que afecta o custo de oportunidade na frequência escolar.

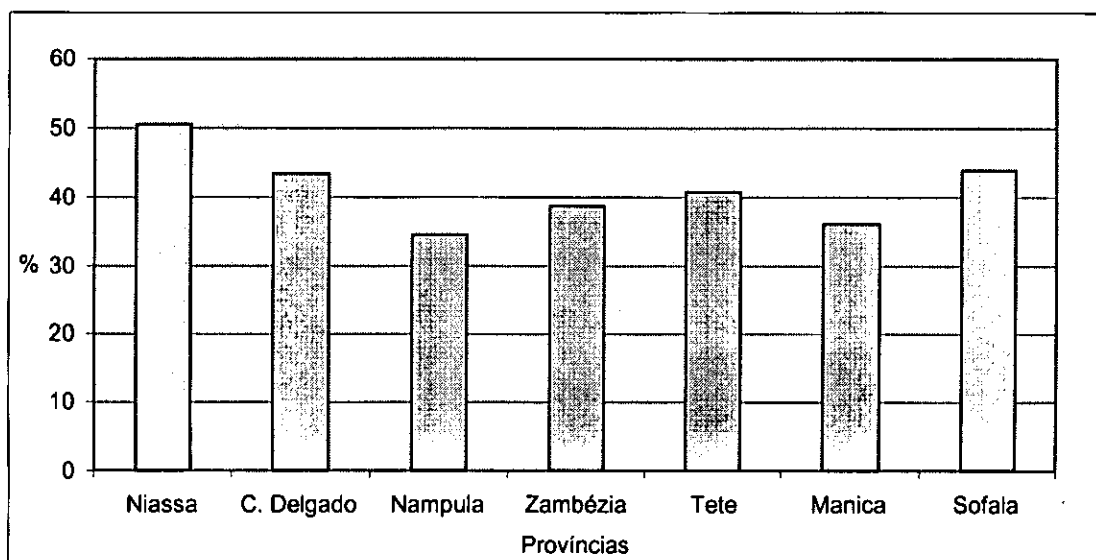
Este estudo considera que a questão da acessibilidade é também um factor determinante na frequência escolar. Assim, quanto maior for a distância entre o agregado familiar e a escola mais próxima, maior será a possibilidade das crianças não frequentarem a escola .

Portanto, o custo de oportunidade é um factor importante nas zonas rurais, onde para os agregados familiares as crianças constituem uma importante fonte de trabalho, especialmente em épocas de colheita, o que leva as crianças à reprovação ou desistência escolar. Esta situação afecta os níveis educacionais nas zonas rurais e, por conseguinte, os níveis de pobreza local.

No Centro e Norte do país, os níveis de analfabetismo são ainda elevados, tal como mostra a Figura 3.

Segundo dados do TIA 2002, a taxa de analfabetismo na região Centro e Norte do país é de 41,1%. As províncias de Niassa (50.4%), Sofala (43.8%) e Cabo Delgado (43.3%), apresentam níveis de analfabetismo acima da média da região, enquanto que as províncias de Nampula (34.5%) e Manica (36.1%) apresentam níveis mais baixos de analfabetismo na região.

Figura 3 - Nível de analfabetismo por província, TIA 2002.



Fonte: TIA 2002.

Portanto, o nível de analfabetismo na região Centro e Norte do país (41%) está abaixo do nível total de analfabetismo das zonas rurais do país (66%), o que significa que do ponto de vista da escolarização esta região está melhor do que as outras regiões rurais do país.

3.3. Posse de recursos

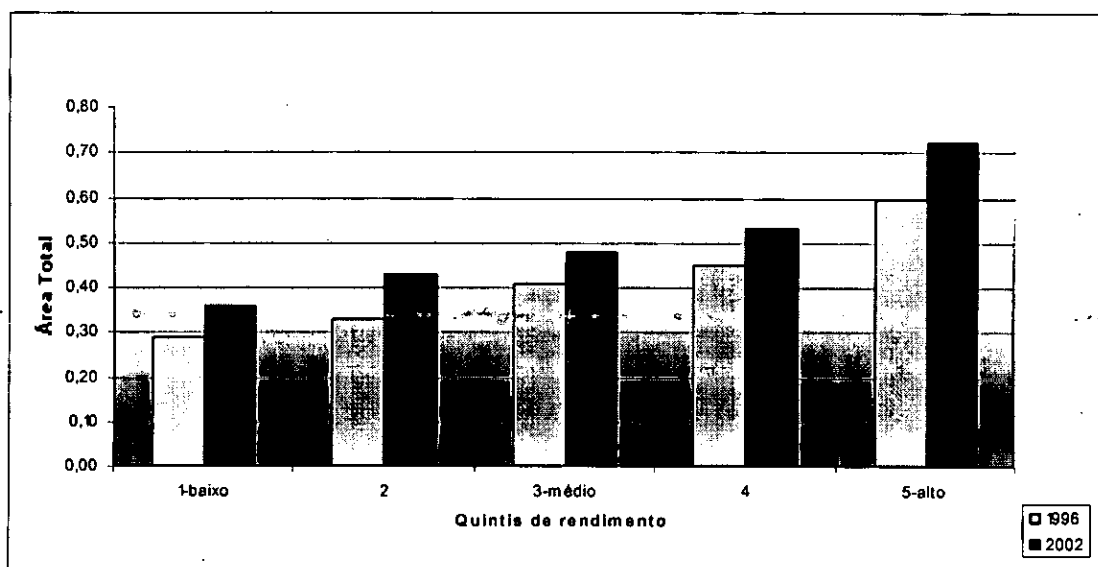
Esta secção analisa a posse de recursos pelos agregados familiares. Os recursos incluem: terra, gado, e outros. A posse destes recursos condiciona os níveis de produção e de obtenção da renda, determinando os níveis de pobreza dos agregados familiares.

3.3.1. Tamanho da machamba

Para os agregados familiares mais pobres, a área total da sua terra passou de 0.29 ha em 1996 para 0.36 ha em 2002, e para os agregados familiares menos pobres passou de 0.60 ha em 1996 para 0.72 ha em 2002 (MINAG/MSU, 2005: 20).

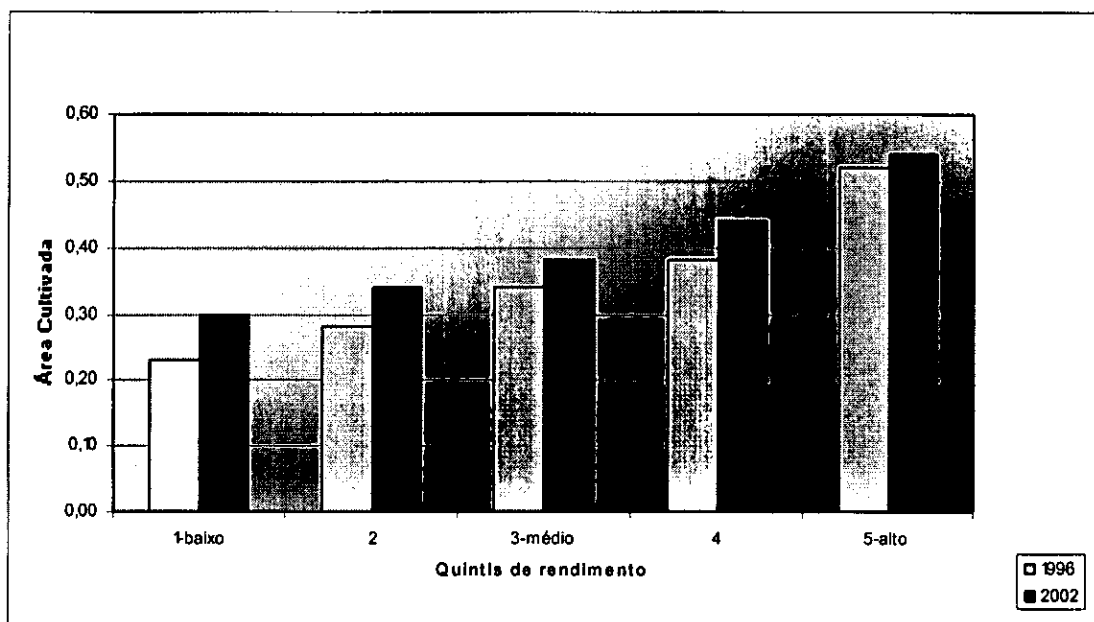
Conforme indicam as Figuras 4 e 5, de 1996 a 2002, os agregados familiares rurais aumentaram o tamanho das suas terras, bem como da área cultivada. Porém, o tamanho da machamba é maior para as famílias de rendimento alto. Por outro lado, a expansão da área cultivada foi menor na categoria de renda mais alta. Os dados mostram que os mais pobres aumentaram mais as suas áreas cultivadas do que os menos pobres. Considerando que as famílias de rendimento alto são as que têm maior capacidade para pagar mão-de-obra para trabalhar na machamba, a fraca expansão das suas áreas de cultivo poderá estar associada à uma situação de crise financeira, que não possibilitou a contratação de mão-de-obra. Por outro lado, os mais pobres, que normalmente vendem a sua força de trabalho aos menos pobres, terão optado por ficar a trabalhar nas suas machambas, possibilitando uma maior expansão das suas áreas cultivadas.

Figura 4 - Tamanho da machamba (ha), por agregado familiar.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 20).

Figura 5 - Área total da terra cultivada por agregado familiar.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 20).

A questão que se coloca é se este facto estará associado a incentivos crescentes nesta fonte de renda ou a ausência de fontes alternativas de obtenção de renda nas zonas rurais do país? Esta é uma questão que merece uma análise mais aprofundada, se bem que, para os agregados familiares mais pobres as oportunidades de geração de renda fora da machamba tem sido menores do que para os agregados familiares menos pobres.

Embora a área cultivada por agregado familiar tenha aumentado em todos os quintis de rendimento, verifica-se que o maior aumento ocorreu entre os agregados familiares mais pobres. Este aumento está associado ao facto desta constituir a sua principal fonte de renda.

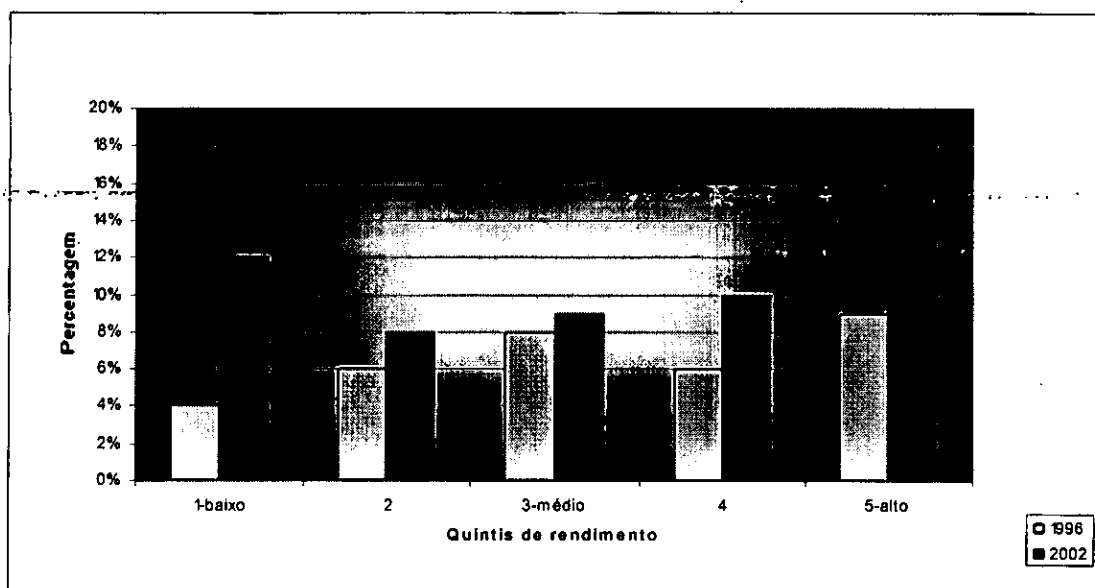
Os agregados familiares mais pobres não têm poder de compra de mão-de-obra eventual no trabalho das suas machambas. Pelo contrário, estes é que normalmente vendem a sua força de trabalho nas machambas dos agregados familiares menos pobres. O trabalho nas machambas dos agregados familiares menos pobres é uma fonte de renda alternativa e instável para os agregados familiares mais pobres.

O melhoramento de técnicas produtivas que possibilitem o alargamento das áreas de cultivo permite aumentar a produção agrícola total dos agregados familiares. Um aumento nas quantidades produzidas permite alargar a renda dos agregados familiares rurais. A secção que se segue analisa o nível do uso de tecnologias de produção.

3.3.2. Tracção animal

O uso de tracção animal permite aumentar o tamanho das machambas dos agregados familiares. Dados do TIA 2002 indicam um aumento no uso de tracção animal nas machambas, ao nível de todos os quintis de rendimento dos agregados familiares rurais. Como a Figura 6 mostra, o aumento foi maior tanto para os agregados familiares menos pobres como para os mais pobres. De 1996 a 2002, o uso de tracção animal passou de 9% para 18% dos agregados familiares menos pobres e, de 4% para 12% dos agregados familiares mais pobres.

Figura 6 - Percentagem de agregados familiares que usam tracção animal.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 20).

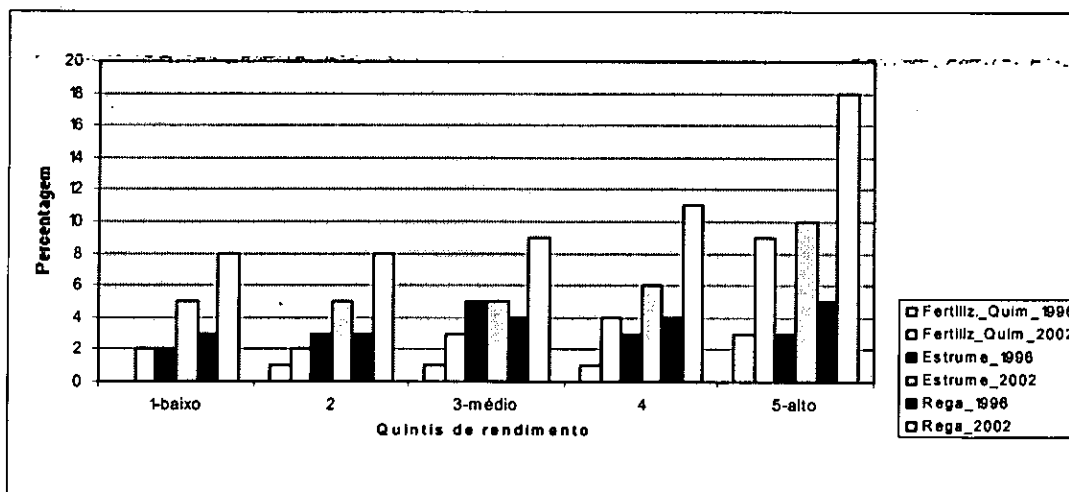
Os dados sugerem que as estratégias de repovoamento pecuário tem possibilitado que famílias mais pobres tenham acesso ao gado. Este repovoamento promovido pela acção de algumas ONG's nacionais e estrangeiras, permite, especialmente, alargar as machambas dos agregados familiares mais pobres, concorrendo para o aumento da sua produção agrícola.

3.3.3. Uso de insumos

A utilização de insumos é um factor determinante nos níveis de produção, pois influencia a produtividade agrícola.

Como a Figura 7 mostra, a percentagem de agregados familiares que usam insumos nas suas machambas aumentou em todos os quintis de rendimento. De 1996 a 2002, o uso de fertilizantes químicos passou de 0% para 2% dos agregados familiares mais pobres e, de 3% para 9% dos agregados familiares menos pobres. No mesmo período, o uso de estrumes passou de 2% para 5% dos agregados familiares mais pobres e, de 3% para 10% dos agregados familiares menos pobres.

Figura 7 - Percentagem de famílias que usam insumos.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 46).

Embora a percentagem de agregados familiares que usa fertilizantes químicos tenha aumentado, este aumento é muito mais alto entre os agregados familiares menos pobres. O mesmo padrão é observado com relação ao uso de estrumes. De 1996 a 2002, o uso de estrumes, passou de 2% para 5% de agregados familiares mais pobres e, de 3% para 10% de agregados familiares menos pobres.

O uso da rega também registou um aumento para todas as categorias de rendimento. O aumento foi igualmente maior entre os agregados familiares menos pobres. De 1996 a 2002, o uso da rega na produção agrícola passou de 5% para 18% dos agregados familiares menos pobres e, de 3% para 8% dos agregados familiares mais pobres.

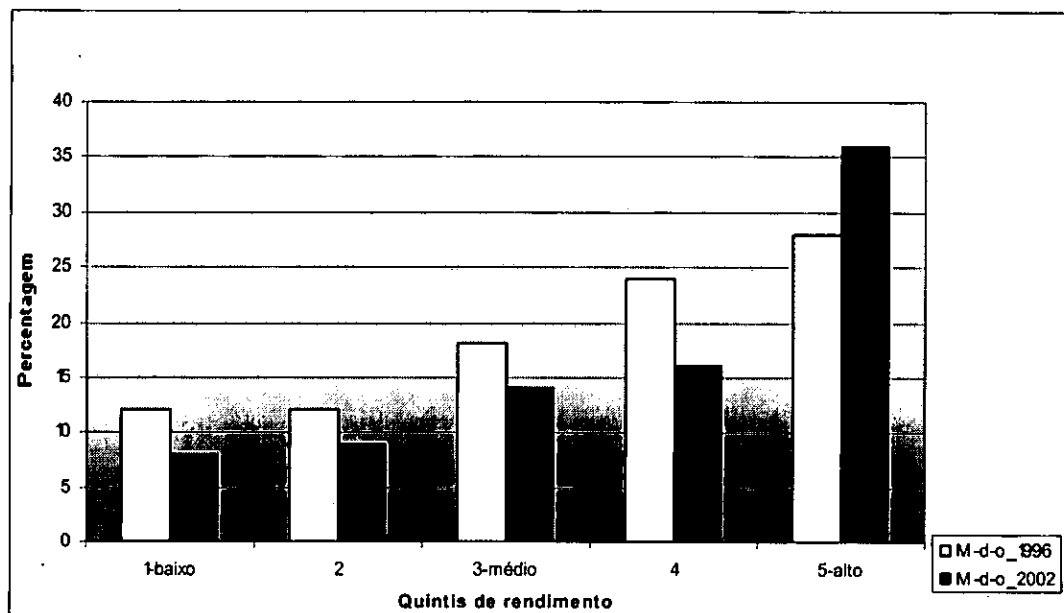
Estes dados mostram que os agregados familiares rurais tem procurado melhorar as suas técnicas de produção. Contudo, são os agregados familiares menos pobres que mais investem nas técnicas de melhoramento da produtividade das suas machambas.

3.3.4. Uso de mão-de-obra

A contratação de mão-de-obra também influi no nível de produção agrícola. De 1996 a 2002, o uso de mão-de-obra nas machambas reduziu entre os agregados familiares mais pobres e aumentou entre os menos pobres, conforme indica a Figura 8. O uso de mão-de-obra reduziu de 12% para 8% de agregados familiares mais pobres e, aumentou de 28% para 36% dos agregados familiares menos pobres.

A redução da contratação de mão-de-obra nas machambas dos agregados familiares mais pobres é compensada pelo aumento do uso de tração animal, que assegura o alargamento das suas machambas.

Figura 8 - Percentagem de famílias que usam força de trabalho na machamba.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 46).

O aumento na contratação da mão-de-obra para os agregados familiares menos pobres significa também um crescimento do seu custo de produção que deve ser compensado pelo nível de preços da sua produção.

3.4. Conclusão

Este capítulo apresentou as principais características dos agregados familiares rurais, em particular, o tamanho dos agregados familiares, situação escolar, posse de recursos e uso de tecnologias de produção.

Em termos do tamanho dos agregados familiares, o tamanho médio no Centro e Norte do país é de 5.08 membros. Nesta região do país, os níveis de escolaridade dos agregados familiares são ainda muito baixos. Tanto o tamanho dos agregados familiares como o baixo nível educacional, condicionam a pobreza no meio rural.

Relativamente a posse de recursos no período em estudo, os dados mostram que os agregados familiares aumentaram o tamanho das suas machambas. Ainda neste período, aumentou tanto o uso de tracção animal como o de insumos nas machambas. O uso de mão-de-obra apenas aumentou para os agregados familiares menos pobres, tendo reduzido em todas as outras categorias. Os dados mostraram que os menos pobres participam mais em actividades não agrícolas, comparativamente aos mais pobres.

O capítulo seguinte analisa a estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, indicando as principais fontes de renda.

CAPÍTULO IV

A ESTRUTURA DA RENDA RURAL

4.1. Introdução

Este capítulo apresenta a estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, de 1996, 1998 e 2002, por tercís de rendimento. Esta apresentação visa mostrar as principais fontes de renda agrícolas e não agrícolas ou seja, os componentes da renda rural, por tercís de rendimento ou categorias de pobreza.

A estrutura da renda permite analisar o grau de dependência dos indivíduos às diferentes fontes de rendimento. Mudanças nas fontes de renda reflectem mudanças na estratégia de sobrevivência, como reflexo de mudanças de factores estruturais com impacto directo na vida diária dos indivíduos. A renda é um elemento fundamental na análise da pobreza, as fontes de renda constituem, por isso, um elemento de base para essa análise.

Em Moçambique, particularmente nas zonas rurais, cerca de 80% da população trabalha no sector agrícola familiar, com uma fraca utilização de tecnologias (Sitoe, 2005). Este sector constitui a principal fonte de renda para os agregados familiares, tornando-o fundamental no entendimento da pobreza rural, como veremos mais abaixo.

4.2. Estrutura da renda

A estrutura da renda é a composição da renda total desagregada por fontes de renda (a morfologia da renda). A estrutura da renda permite verificar o peso de cada fonte de renda na renda total, indicando os determinantes da renda total. Permite igualmente, verificar a dinâmica das fontes de renda e o seu impacto na renda total, influenciando os níveis de pobreza dos indivíduos.

A Tabela 1 mostra a estrutura da renda rural do Centro e Norte do país, por tercís de rendimento. Onde o tercil mais baixo corresponde aos mais pobres e o tercil mais alto aos menos pobres.

Tabela 1 – Estrutura da renda per capita por tercís de rendimento.

Indicadores	Mais pobres			Pobres medianos			Menos pobres			Centro e Norte de Moçambique		
	1996	1998	2002	1996	1998	2002	1996	1998	2002	1996	1998	2002
	% da renda total											
Agrícolas												
Alimentos básicos retidos	69,0	56,9	61,0	51,0	43,5	51,6	39,0	32,0	39,1	53,0	44,3	50,6
Gado retido/vendido	5,0	22,4	7,1	4,0	23,5	1,9	4,0	17,9	1,5	4,0	21,2	3,5
Alimentos básicos vendidos	5,0	2,6	4,7	6,0	5,5	6,4	4,0	6,4	6,2	5,0	4,5	5,8
Fruta e vegetais retido-vendido	8,0	7,6	1,5	22,0	8,7	1,6	23,0	10,0	2,1	18,0	8,9	1,7
Venda de culturas de rendimento	6,0	5,1	7,9	9,0	8,6	7,5	10,0	9,3	7,6	8,0	7,7	7,7
Sub-total nos campos	93,0	94,6	82,2	92,0	89,8	69,0	80,0	75,6	56,5	68,0	66,6	69,3
Não Agrícolas												
Venda líquida de mão-de-obra	3,0	2,3	6,8	0,1	5,0	12,6	1,0	14,8	20,2	2,0	7,4	13,2
Receita líquida das micro-empresas	4,0	3,1	11,0	8,0	5,2	18,4	19,0	9,8	23,4	10,0	6,0	17,6
Sub-total fora dos campos	7,0	5,4	17,8	8,1	10,2	31,0	20,0	24,4	43,6	12,0	13,4	30,8
Porção da receita total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados de 1996 e 1998, MINAG (2004: p. 33); dados de 2002, TIA 2002.

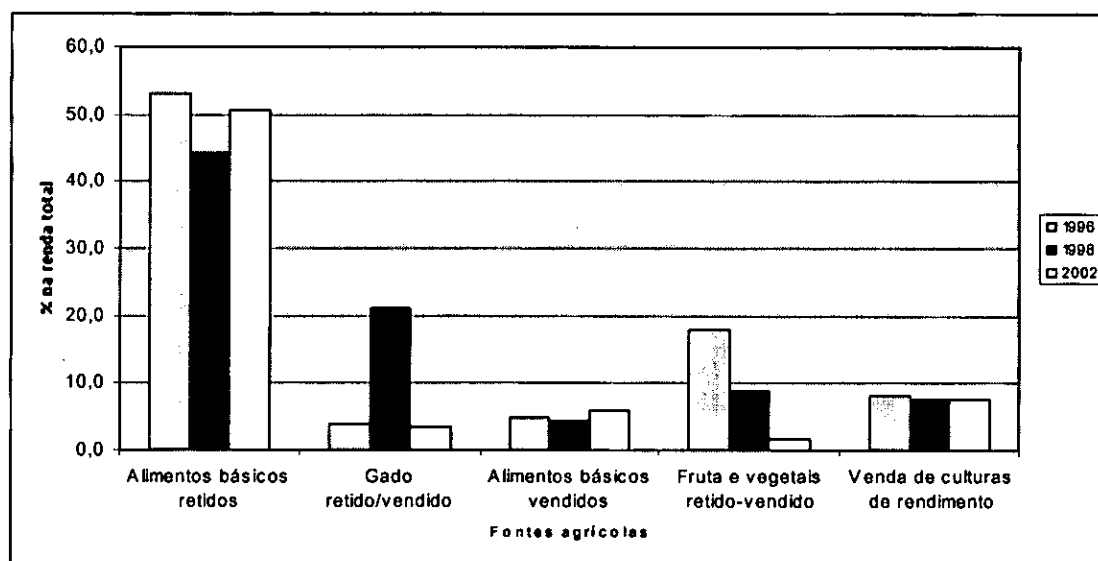
Esta estrutura de renda inclui dois tipos de fontes: agrícolas e não agrícolas. Nas fontes agrícolas, considera-se: culturas alimentares e de rendimento, frutas e vegetais e os animais (gado). Nas fontes não agrícolas incluem-se: a venda de mão-de-obra (salários) e receitas de micro-empresas (actividades por conta própria)³.

³ As transferências têm sido consideradas como fontes de renda. Nesta análise, não estão incluídas como fontes de renda. Elas revelam-se como mecanismos de supressão de deficiências na obtenção da renda, cujas redes sociais que as sustentam importa investigar. As transferências ocultam a real situação dos pobres uma vez que dão uma imagem de consumo ou despesas que oculta a sua fragilidade e vulnerabilidade. Por outro lado, as transferências aprofundam a dependência dos agregados familiares. Ainda sobre transferências, embora num outro contexto, um estudo de Ferreira (2005) sobre a dinâmica de rendimentos em Portugal, revelou que o total das transferências, especialmente as provenientes de pensões, possibilitou a redução do risco de pobreza em 17%. Neste estudo, as pensões representam 13% do total de transferências. Em Moçambique o peso das transferências oficiais como pensões diversas é mínimo, sobretudo nas zonas rurais. Isto mostra que grande parte das transferências não são oficiais (pensões), mas sim provenientes de redes sociais de apoio. Esta situação faz desta fonte de rendimento não apropriada para

4.2.1. Fontes agrícolas

O rendimento dentro dos campos agrícolas influi na renda total dos agregados familiares rurais. No entanto, a renda agrícola é proveniente de várias fontes. A Figura 9 mostra o peso relativo das fontes agrícolas na renda da família média do Centro e Norte do país.

Figura 9 – Peso relativo das fontes agrícolas na renda média.



Fonte: Dados da Tabela 1.

A Figura 9 mostra que na renda da família média, as fontes agrícolas são dominadas por alimentos básicos retidos. O peso relativo desta fonte na renda da região foi de 53% em 1996, 44% em 1998 e de 51% em 2002.

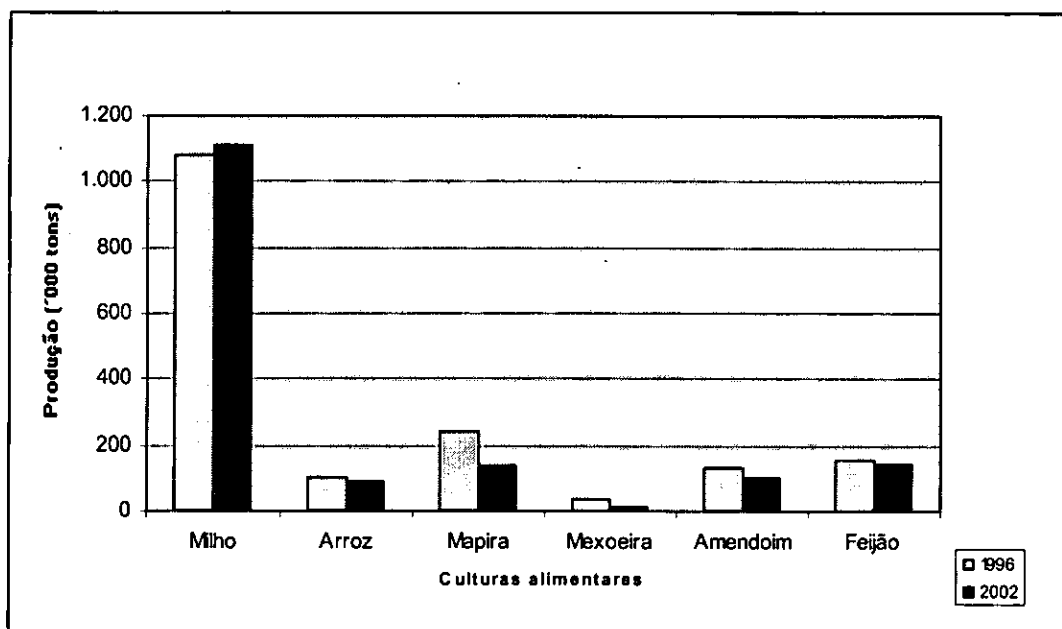
Ao nível das fontes agrícolas, além dos alimentos básicos retidos, domina a venda de culturas de rendimento e os alimentos básicos vendidos. O peso relativo da venda de culturas de rendimento manteve-se em 8% ao longo do período em análise. Isto mostra alguma estabilidade relativa desta fonte na renda do Centro e Norte do país. Quanto aos

o entendimento da pobreza dos agregados familiares no país, vista numa perspectiva de consumo e despesas realizadas.

alimentos básicos vendidos, o peso relativo na renda foi de 5% em 1996 e 1998 e, de 6% em 2002.

No geral, ao nível das fontes de renda agrícolas, os alimentos básicos retidos é que determinam esta fonte. A este propósito, a Figura 10 mostra a estrutura dos alimentos básicos, indicando as culturas dominantes que a compõem, em 1996 e 2002.

Figura 10 - Produção agrícola por cultura, 1996 e 2002.



Fonte: Adaptado do MINAG/MSU (2005: 36).

Os dados mostram que a cultura do milho domina os alimentos básicos produzidos, seguido da mapira e dos feijões.

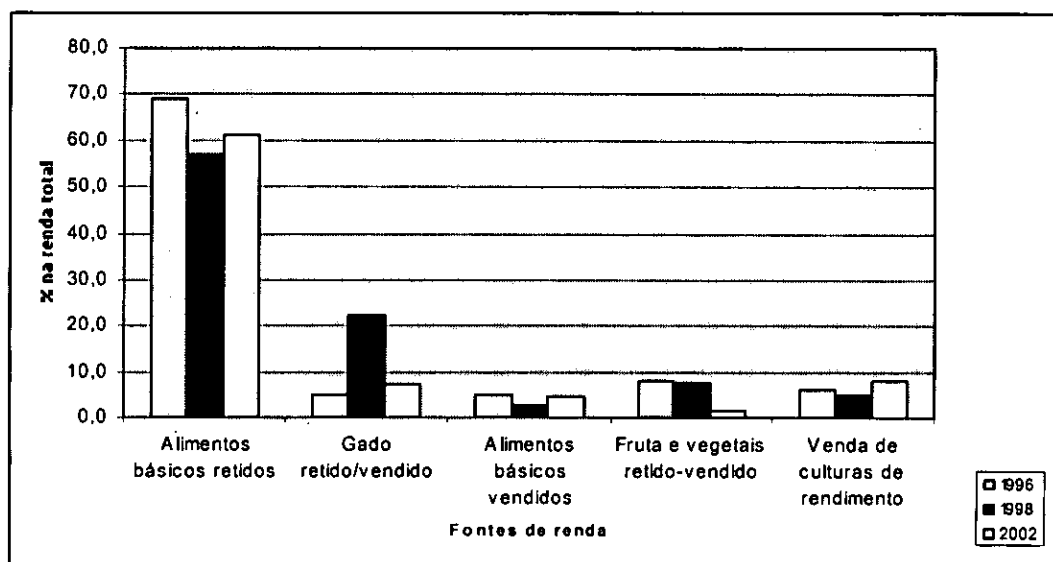
Apesar do aumento da produção do milho, regista-se uma redução na produção de outras culturas alimentares básicas, como mapira, arroz e mexoeira. De 1996 a 2002, a produção da mapira passou de 243 mil toneladas para 138 mil toneladas; a do arroz passou de 101 mil toneladas para 93 mil toneladas e a da mexoeira passou de 35 mil toneladas para 12 mil toneladas (MINAG/MSU, 2005: 36).

Portanto, do ponto de vista da produção agrícola, regista-se um decréscimo em todos os produtos alimentares, com a exceção do milho.

A machamba constitui a principal fonte de renda das famílias rurais, particularmente para os agregados familiares de baixa renda. Por conseguinte, em termos de categorias de rendimento há diferenças quanto a estrutura da sua renda que importe analisar. No ponto seguinte, analisamos as fontes de renda agrícola dos mais pobres e dos menos pobres da região.

A figura 11 mostra o peso relativo das fontes agrícolas na renda dos mais pobres.

Figura 11 – Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos mais pobres.



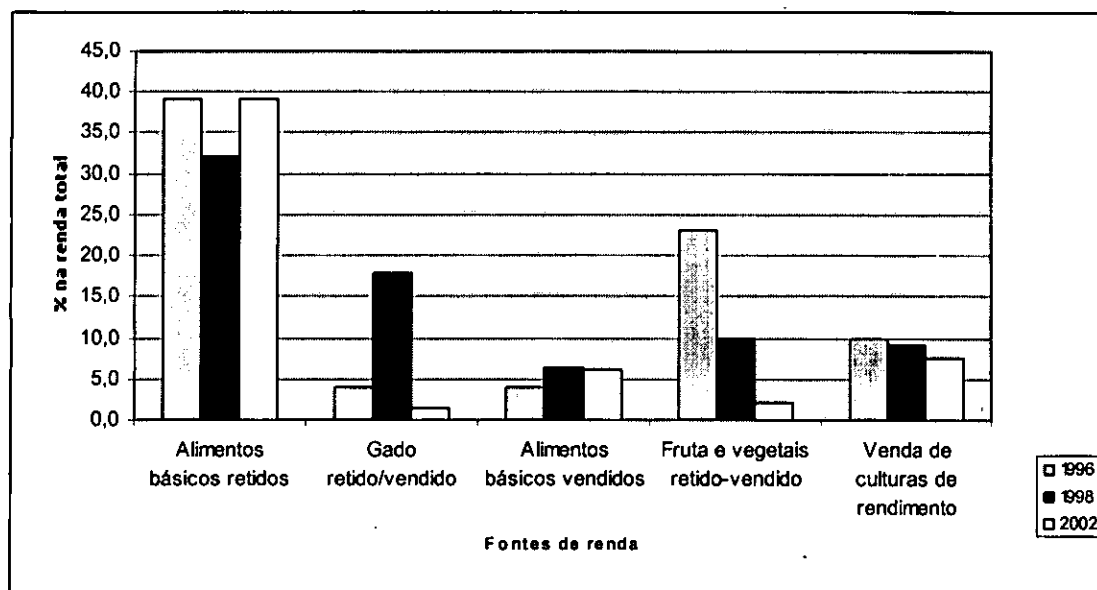
Fonte: Dados da Tabela 1.

Ao nível dos mais pobres, os alimentos básicos retidos dominam as fontes de renda agrícola. O peso relativo desta fonte foi de 69% em 1996, 57% em 1998 e de 61% em 2002.

Entre os mais pobres as restantes fontes agrícolas (alimentos básicos vendidos, fruta e vegetais e culturas de rendimento) apresentam um peso relativo insignificante na sua renda. O peso de alimentos básicos vendidos foi de 5% em 1996, 3% em 1998 e 5% em 2002; o de fruta e vegetais retidos e vendidos, foi de 8% em 1996 e 1998 e de 2% em 2002, enquanto que o da venda de culturas de rendimento foi de 6% em 1996, 5% em 1998 e de 8% em 2002.

Os dados mostram que os mais pobres são mais dependentes dos alimentos básicos retidos. Apesar de pequenas variações no peso relativo de cada fonte agrícola na renda, o padrão aqui verificado é similar ao das fontes agrícolas na renda da família média da região. A Figura 12 mostra o peso relativo das fontes agrícolas na renda dos menos pobres.

Figura 12 – Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos menos pobres.



Fonte: Dados da Tabela 1.

A Figura 12 mostra que a semelhança da situação na renda da família média e dos mais pobres da região, as fontes de renda agrícolas dos menos pobres são dominadas por alimentos básicos retidos. O peso relativo desta fonte na renda dos menos pobres foi de 39% em 1996, 32% em 1998 e de 39% em 2002.

Asseguidos aos alimentos básicos retidos, dominam a venda de culturas de rendimento e os alimentos básicos vendidos. O peso relativo da venda de culturas de rendimento na renda dos menos pobres, foi de 10% em 1996, 9% em 1998 e 8% em 2002, enquanto que o dos alimentos básicos vendidos foi de 4% em 1996 e de 6% em 1998 e 2002.

Embora haja variações e diferenças no peso relativo das fontes agrícolas na renda, o padrão é similar ao verificado na renda da família média e dos mais pobres da região.

Os dados sugerem que ao nível do Centro e Norte do país as fontes agrícolas são dominadas por alimentos básicos retidos. Isto sugere uma maior dependência ao auto-consumo. Além disto, o predomínio dos alimentos básicos retidos na renda reflecte um fraco desenvolvimento dos mercados agrícolas, o que justifica o fraco peso relativo dos alimentos básicos vendidos, verificado em todas as categorias de pobreza.

Vista a situação ao nível das fontes de renda agrícolas, a secção seguinte trata das fontes de renda não agrícolas.

4.3.2. Fontes não agrícolas

Fora dos campos agrícolas as principais fontes de renda dos agregados familiares nas zonas rurais são: o rendimento salarial, resultante da venda de mão-de-obra, e actividades por conta própria (receitas líquidas de micro-empresas).

Tschirley e Benfica (2000) consideram que o rendimento fora dos campos agrícolas deve ser visto como um complemento da renda dos agregados familiares rurais e não como uma fonte de renda autónoma ou substituta nas zonas rurais do país.

A venda da mão-de-obra é uma fonte de obtenção de renda escassa nas zonas rurais e susceptível de ser captada por membros de agregados familiares menos pobres. Isto sobretudo, quando se trata de trabalho não eventual e que proporciona uma renda monetária sustentável, dado que os menos pobres são os que apresentam níveis educacionais relativamente mais altos.

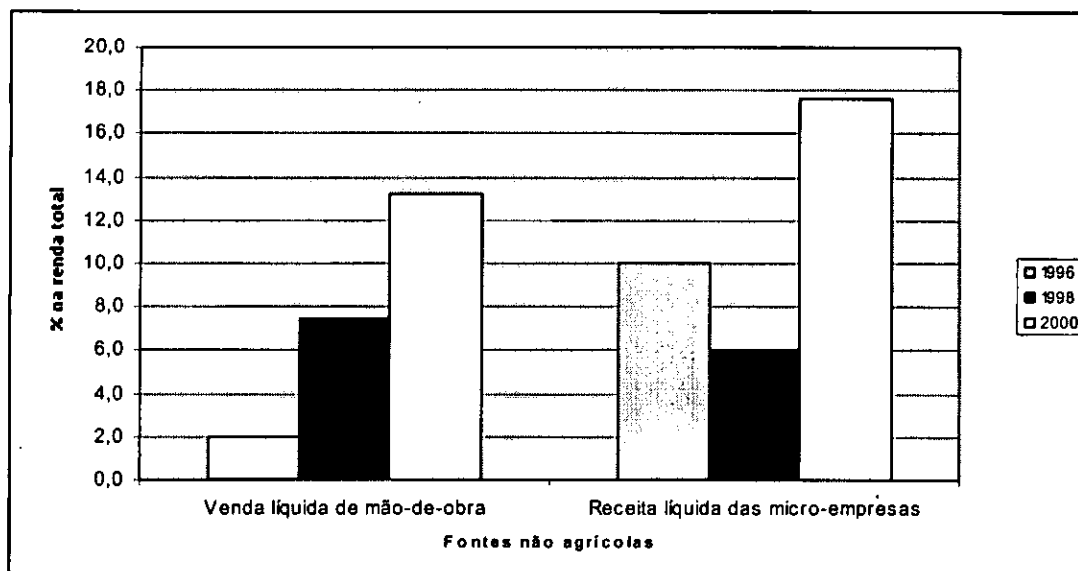
Segundo estes autores, as áreas agrícolas mais rentáveis e de maior produtividade permitem gerar maiores oportunidades de emprego fora dos campos agrícolas do que as áreas agrícolas menos produtivas. Por outro lado, a maior parte das oportunidades de emprego e de auto-emprego são dependentes do nível de produção agrícola local, onde as agro-indústrias e outras, fortemente dependentes da matéria prima fornecida pela agricultura, procuram estabelecer-se.

Isto sugere que uma fraca produtividade agrícola, numa determinada região, não só afecta a possibilidade de obtenção da renda agrícola como reduz a possibilidade de

obtenção da renda não agrícola, aprofundando, deste modo, a pobreza dos agregados familiares locais.

A Figura 13 mostra o peso relativo das fontes não agrícolas na renda da família média do Centro e Norte do país.

Figura 13 - Peso relativo das fontes não agrícolas na renda da família média.



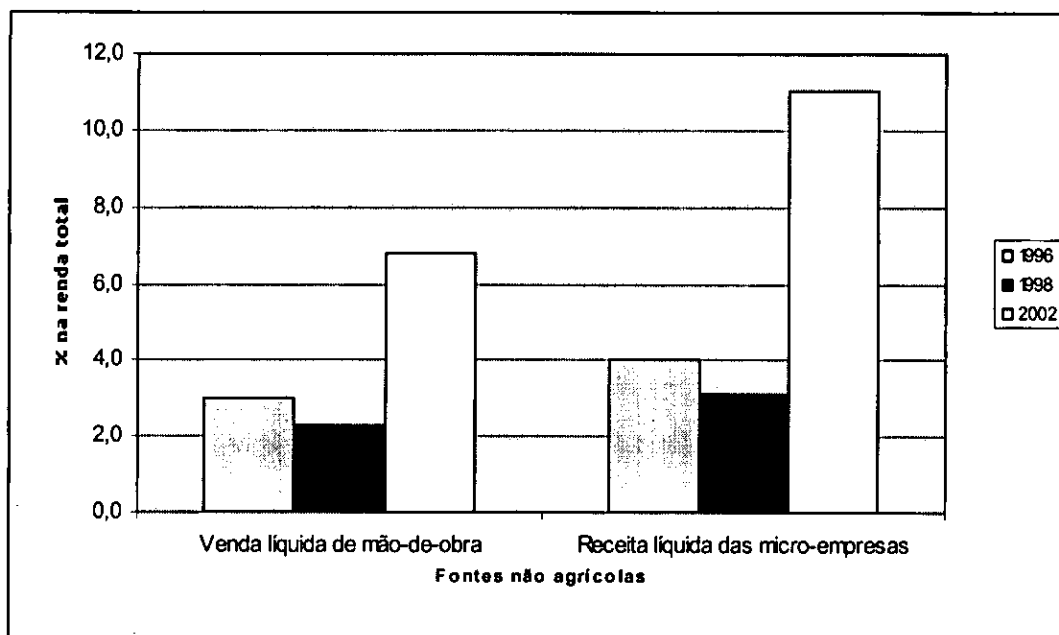
Fonte: Dados da Tabela 1.

A Figura 13 mostra que as receitas líquidas das micro-empresas dominam as fontes não agrícolas na renda da família média da região. Em 1998, a venda líquida de mão-de-obra foi relativamente dominante, mas o padrão anterior foi recuperado em 2002.

O peso relativo das receitas das micro-empresas, na renda média foi de 10% em 1996, 6% em 1998 e 18% em 2002, enquanto que o da venda líquida de mão-de-obra, foi de 2% em 1996, 7% em 1998 e 13% em 2002.

A figura 14 mostra o peso relativo das fontes não agrícolas na renda dos mais pobres.

Figura 14 - Estrutura da renda não agrícola dos mais pobres.

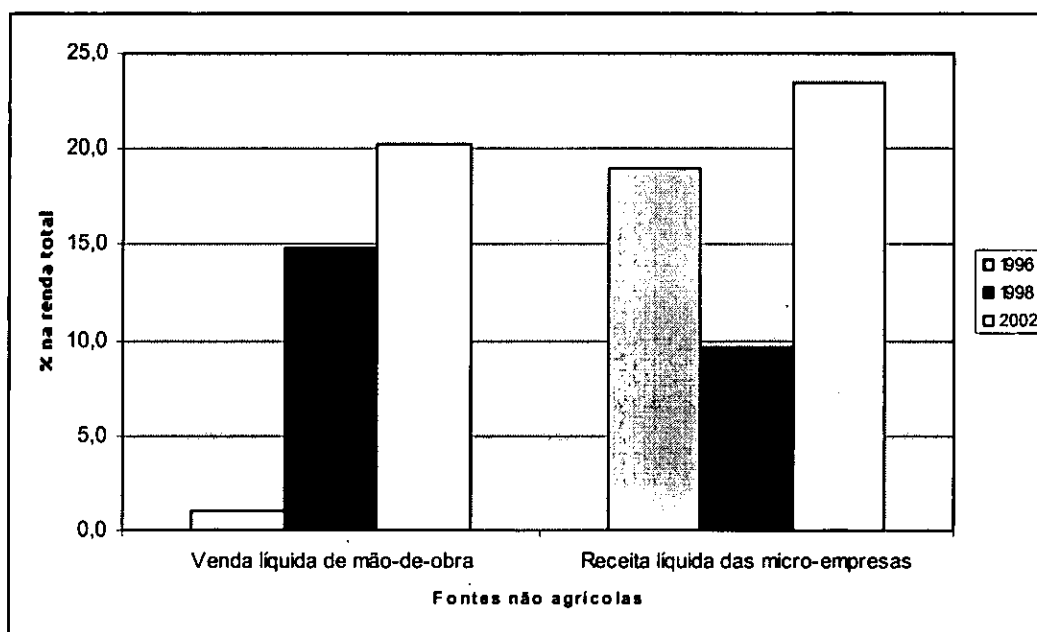


Fonte: Dados da Tabela 1.

Em relação aos mais pobres, os dados mostram que as fontes não agrícolas são dominadas pelas receitas líquidas das micro-empresas, tal como sucede na renda da família média da região. O peso relativo das receitas líquidas das micro-empresas na renda dos mais pobres, foi de 4% em 1996, 3% em 1998 e de 11% em 2002. Relativamente a venda líquida de mão-de-obra, foi de 3% em 1996, 2% em 1998 e de 7% em 2002.

A Figura 15 mostra o peso relativo das fontes não agrícolas na renda dos menos pobres.

Figura 15 - Estrutura da renda não agrícola dos menos pobres.



Fonte: Dados da Tabela 1.

Os dados mostram que as fontes não agrícolas dos menos pobres são dominadas pelas receitas líquidas das micro-empresas. Todavia, em 1998, a venda líquida de mão-de-obra foi dominante. Entretanto, em 2002, houve uma recuperação do domínio das receitas líquidas das micro-empresas. Este padrão é similar ao verificado na renda da família média da região e, sugere que a estrutura da renda não agrícola do Centro e Norte é influenciada pelo comportamento das fontes de renda não agrícolas dos menos pobres.

O peso relativo das receitas líquidas de micro-empresas na renda dos menos pobres, foi de 19% em 1996, 10% em 1998 e de 23% em 2002. Relativamente a venda líquida de mão-de-obra, foi de 1% em 1996, 15% em 1998 e de 20% em 2002.

Os dados mostram que o padrão das fontes não agrícolas é similar em todas as categorias de rendimento, havendo apenas diferenças nos pesos relativos, onde apresentam maior peso relativo na renda dos menos pobres comparativamente aos mais pobres. O peso das fontes de renda não agrícolas dos menos pobres é superior ao da renda da família média da região. Isto sugere que os menos pobres tem maiores possibilidades de obtenção de renda fora dos campos agrícolas do que os mais pobres. Por outro lado, o

domínio de receitas líquidas das micro-empresas revela um fraco desenvolvimento do emprego rural. As poucas oportunidades de emprego que surgem são aproveitadas pelos menos pobres. Esta situação leva a que os mais pobres permaneçam mais dependentes das fontes agrícolas.

Todavia, o desenvolvimento da agricultura também determina a dinâmica do mercado de trabalho rural. Porém, esse desenvolvimento está dependente da dinamização da produção e dos mercados agrícolas.

4.4. Conclusão

Neste capítulo foi apresentada a estrutura da renda do Centro e Norte do país, de 1996, 1998 e 2002, por categorias de pobreza.

Os agregados familiares rurais têm basicamente dois tipos de fontes de renda: as fontes de renda agrícolas e não agrícolas. As fontes agrícolas estão associadas a produção e venda de culturas, bem como, a criação de animais (onde consideramos o gado vendido e retido). As fontes não agrícolas incluem o rendimento proveniente da venda de mão-de-obra e de receitas líquidas de micro-empresas.

Em relação as fontes de renda não agrícolas, os dados mostram que os agregados familiares mais pobres dependem menos destas fontes do que os agregados familiares menos pobres.

Constata-se que houve uma mudança na estrutura da renda ao longo do período em análise. Contudo, não se trata de mudanças nas fontes mas sim da variação do peso relativo de cada fonte na renda total.

Da análise verificamos que a renda no Centro e Norte do país é dominada pelos alimentos básicos retidos, em todas as categorias de pobreza. Por outro lado, os dados mostram que as fontes agrícolas foram dominantes na renda total, comparativamente as fontes não agrícolas, apesar da sua importância na renda dos menos pobres

Os dados sugerem que o tipo de empregos criados ainda não é favorável aos mais pobres, normalmente, com níveis educacionais mais baixos. O peso relativo da venda líquida de mão-de-obra, na renda da família média é influenciado pelo peso relativo desta fonte na renda dos menos pobres, contribuindo para que os menos pobres dependam

relativamente menos das fontes agrícolas comparativamente aos mais pobres, que têm mais de 60% da sua renda dominada por alimentos básicos retidos.

Analisada a estrutura da renda, por fontes de renda agrícola e não agrícolas, o capítulo que se segue analisa a dinâmica da renda rural do Centro e Norte do país, de 1996 a 2000.

CAPÍTULO V

DINÂMICA DA RENDA RURAL

5.1. Introdução

Do capítulo anterior analisamos a estrutura da renda em todas as categorias de pobreza. Esta análise mostrou o domínio das fontes agrícolas na renda local. Este capítulo analisa a dinâmica da renda rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002. O objectivo é identificar as mudanças ocorridas na estrutura da renda, ao longo do período em análise.

A inferência sobre a situação de pobreza no Centro e Norte do país parte da análise do comportamento da renda, tendo em conta o peso relativo das fontes na renda total e da variação na estrutura da renda.

A renda é um recurso crucial no estudo da pobreza. Estudos sociológicos mostram o nível de estratificação social com base nas medidas monetárias da renda, o que realça o seu papel. Assim, a participação social das famílias e dos indivíduos é medida pelo seu nível de renda, embora reconhecendo-se igualmente o capital social, os benefícios não monetários, a educação, o acesso a cuidados básicos de saúde como factores que fortalecem as capacidades humanas, mas igualmente disponíveis de forma desigual nas sociedades (Smeeding, 2000: 5).

Sendo a renda uma variável fulcral na análise da pobreza, o padrão e a dinâmica da renda permitem verificar o potencial dos indivíduos para a reverção da sua situação de pobreza.

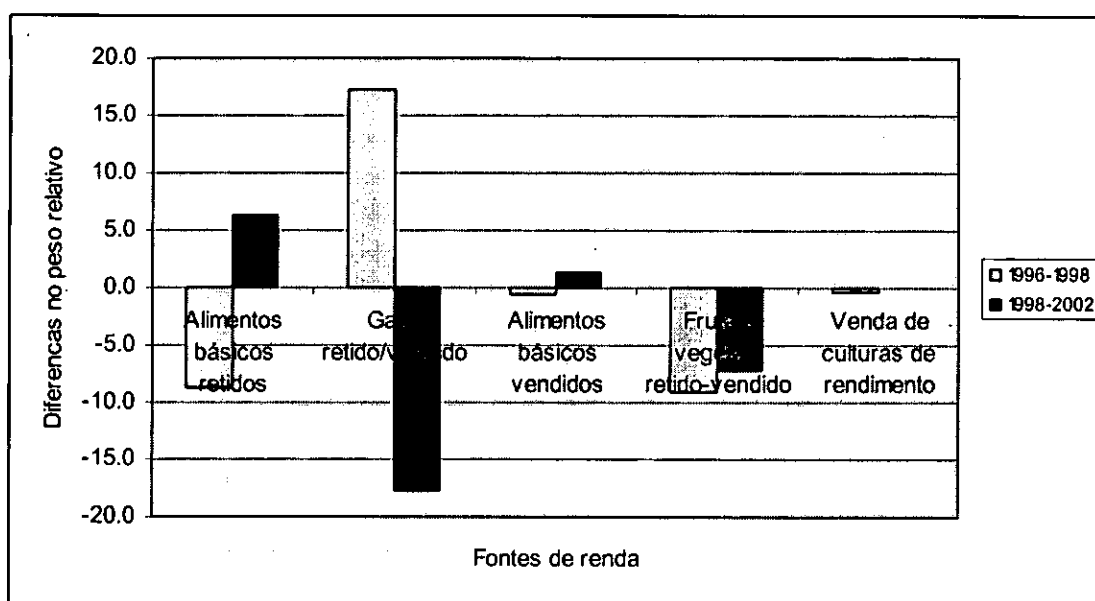
5.2. Mudança relativas na estrutura da renda

Esta secção analisa a dimensão da mudança no peso relativo de cada fonte na renda, considerando os dois tipos de fontes: agrícolas e não agrícolas. A mudança reflecte a diferença entre o peso relativo de cada fonte num determinado espaço temporal em relação à um período antecedente. Esta mudança permite identificar o comportamento das principais fontes e o seu efeito na dinâmica da renda local.

5. 2.1. Fontes agrícolas

Nesta secção analisamos as mudanças ao nível das fontes agrícolas, começando pela família média. Os outros níveis de pobreza são vistos em comparação com a família média. A Figura 16 mostra as mudanças ocorridas no peso relativo de cada fonte na renda da família média do Centro e Norte, durante os anos de 1996-1998 e 1998-2002.

Figura 16 – Mudanças no peso de cada fonte agrícolas, na família média.



Fonte: Dados da Tabela 2.

Os dados indicam que no período em análise, todas as fontes agrícolas tiveram variações no seu peso relativo na renda da família média, com a exceção de frutas e vegetais retidos e vendidos, que mantiveram a mesma tendência na mudança, que foi uma mudança negativa. Esta tendência indica que esta fonte perdeu a sua importância na renda da família média do Centro e Norte do país, ao longo do período em análise.

Em 1998, as principais mudanças ocorridas no peso relativo das fontes na renda da família média foram: a variação positiva da fonte gado retido e vendido, que aumentou o seu peso relativo na renda da região em mais 17 pontos⁴.

Depois do fim da guerra, organizações da sociedade civil empreenderam esforços para ajudar o repovoamento pecuário no país, como forma de potenciar os camponeses. As mudanças registadas nesta fonte de renda, no período em referência, poderão ser o resultado desse esforço. Por outro lado, também há registos de que o Centro e Norte do país é uma zona afectada pela mosca tsé-tsé, que coloca desafios ao desenvolvimento da criação do gado. Este facto poderá estar associado ao comportamento desta fonte em 2002, registando uma variação negativa de menos 18 pontos no peso relativo desta fonte na renda média.

Em 1998, as variações negativas no peso relativo da renda da família média foram nas seguintes fontes agrícolas: alimentos básicos retidos (9 pontos) e fruta e vegetais retidos e vendidos (9 pontos). Em 2002, as principais mudanças ocorridas foram: variação positiva dos alimentos básicos retidos e dos alimentos básicos vendidos (6 pontos). Os alimentos básicos retidos e os vendidos recuperaram o seu peso relativo na renda da região.

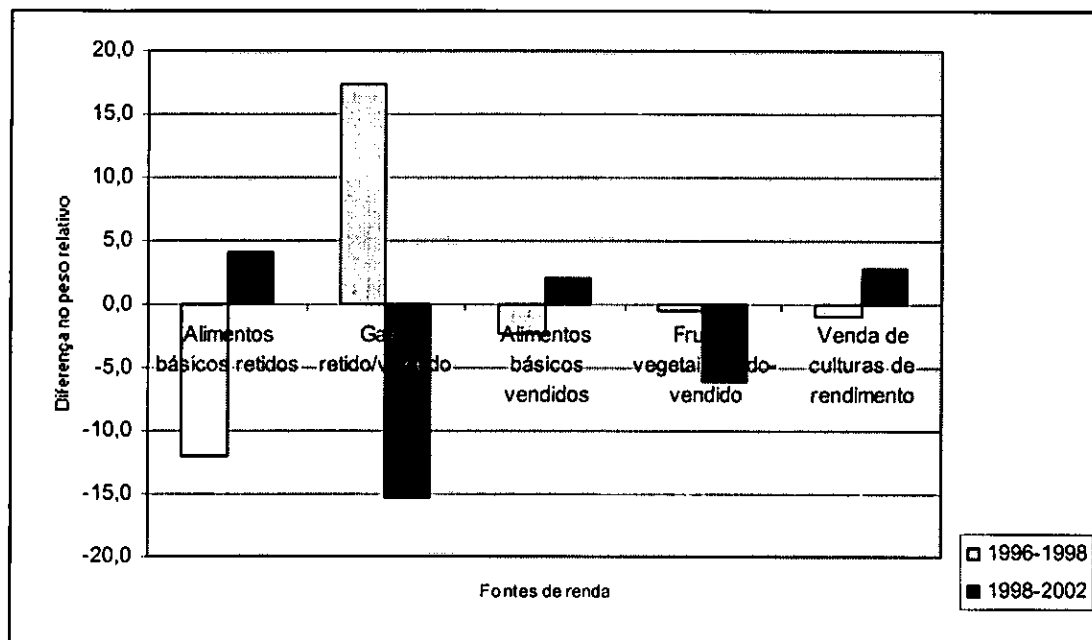
O aumento do peso relativo de alimentos básicos retidos sugere que a comercialização agrícola continua fraca, o que pode não incentivar o aumento da produtividade para reduzir o risco de pobreza no meio rural.

Entretanto, a variação positiva do peso relativo de alimentos básicos retidos foi acompanhada de variação positiva do peso relativo dos alimentos básicos vendidos. Este ligeiro aumento dos alimentos básicos vendidos poderá estar associado à variação de preços de venda durante o período em análise.

As fontes de renda agrícolas conheceram variações do peso relativo na renda, indicando uma instabilidade nas fontes agrícolas que determinam a renda rural. A Figura 17 mostra as mudanças no peso relativo das fontes agrícolas dos mais pobres.

⁴ Trata-se da diferença numérica entre o peso relativo de um ano em relação ao outro.

Figura 17 - Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos mais pobres.



Fonte: Dados da Tabela 2.

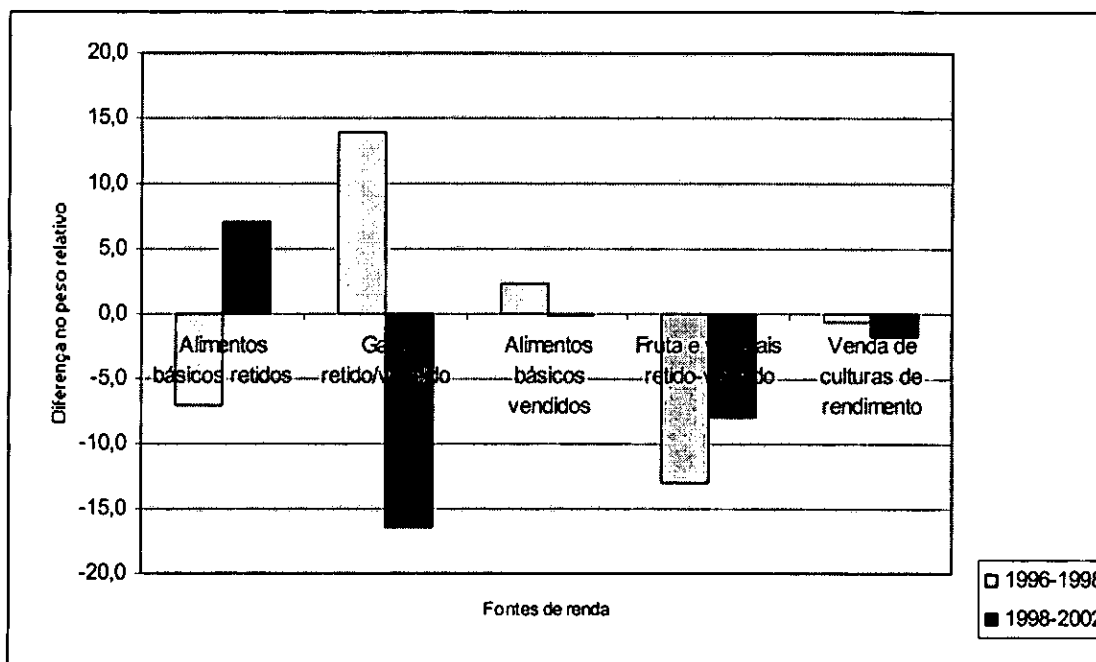
Para os mais pobres, em 1998 a grande variação positiva foi o aumento do peso relativo do gado retido e vendido, em 17 pontos. As outras fontes agrícolas tiveram uma variação negativa, que significava redução do seu peso relativo na renda dos mais pobres, incluindo os alimentos básicos retidos que determinam a renda dos mais pobres.

Em 2002, as fontes agrícolas que tiveram uma variação positiva foram: alimentos básicos retidos, alimentos básicos vendidos e venda de culturas de rendimento. Esta mudança positiva significa o aumento da possibilidade de crescimento da renda agrícola dos mais pobres.

Com a exceção do comportamento da venda de culturas de rendimento, a tendência de mudanças verificadas nas fontes agrícolas dos mais pobres é similar a que se verifica ao nível da renda da família média da região. Ao nível da renda da família média, a venda de culturas de rendimento não teve variação no seu peso relativo, enquanto que não sucedeu em relação a renda dos mais pobres, como mostra a Figura 17.

A Figura 18 indica as mudanças no peso relativo das fontes agrícolas dos menos pobres.

Figura 18 - Mudanças no peso relativo de fonte agrícolas dos menos pobres.



NB: Dados da Tabela 2.

Em 1998, além do gado retido e vendido, os alimentos básicos vendidos tiveram uma variação positiva do seu peso relativo entre os menos pobres, contrariando a tendência, nesse ano, em relação a renda da região e em relação a dos mais pobres, onde esta fonte teve uma variação negativa. Ainda neste ano, o decréscimo no peso relativo dos alimentos básicos retidos e de fruta e vegetais retidos e vendidos é similar à tendência na renda da região e dos mais pobres.

Em relação a 2002, apenas os alimentos básicos retidos registraram uma variação positiva na renda dos menos pobres. O gado retido e vendido, fruta e vegetais vendidos e retidos e a venda de culturas de rendimento, tiveram uma variação negativa na renda dos menos pobres. Nesta categoria de pobreza registou-se uma relativa manutenção do peso relativo dos alimentos básicos vendidos.

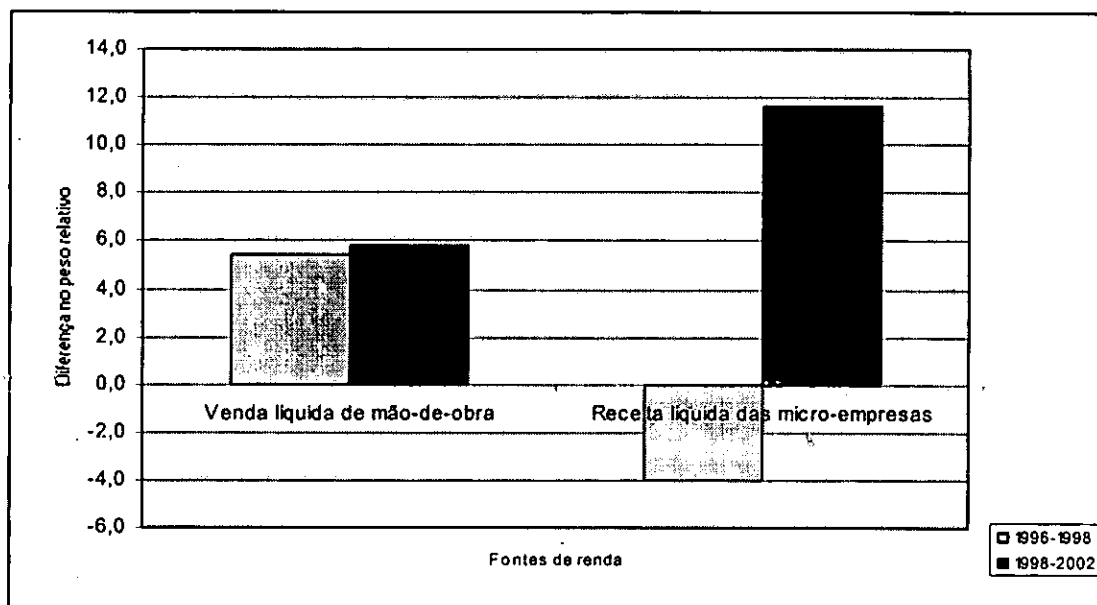
No geral, o comportamento das fontes agrícolas dos menos pobres foi igual ao da renda da família média e dos mais pobres, relativamente a variações nas fontes.

No ponto que segue analisamos as mudanças ao nível das fontes de renda não agrícolas

5. 2. 2. Fontes não agrícolas

Esta secção analisa as mudanças ao nível das fontes não agrícolas. A Figura 19 indica as mudanças no peso relativo das fontes não agrícolas na renda da família média do Centro e Norte, de 1996 a 2002.

Figura 19 – Mudanças no peso de cada fonte não agrícolas, na família médias.



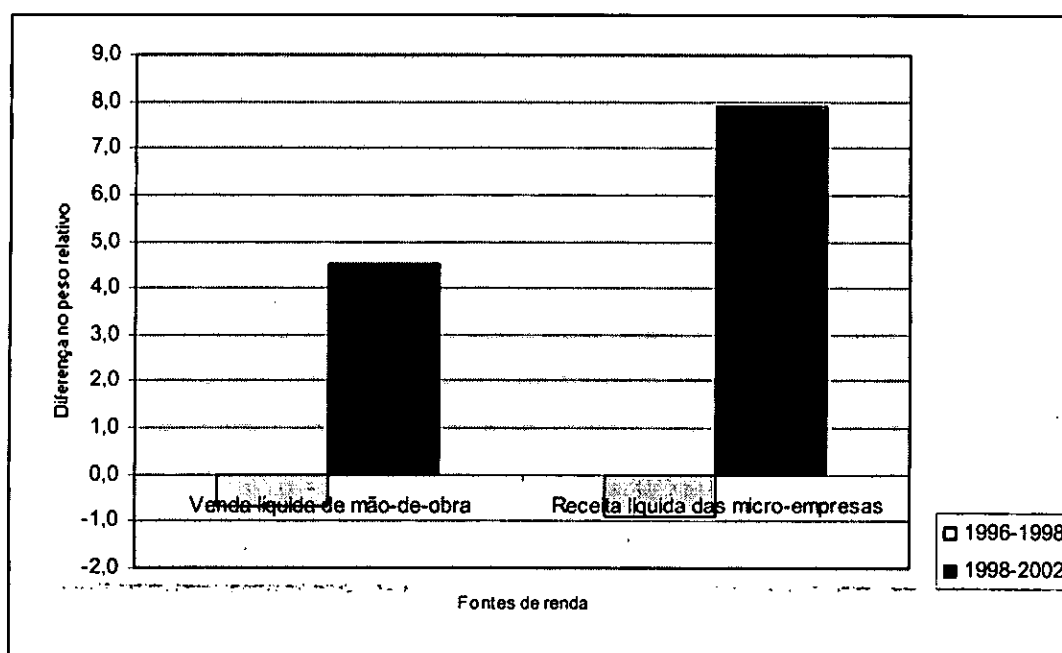
NB: Dados da Tabela 2.

Ao nível das fontes de renda não agrícolas a maior variação foi em relação a receitas líquidas das micro-empresas, que em 1998, teve uma variação negativa no peso relativo da renda da região. Porém, em 2002, há uma recuperação desta fonte, com a sua

variação positiva. Esta variação significa que esta fonte aumentou a sua importância na renda da da família média.

A venda líquida de mão-de-obra teve uma mesma tendência de mudança, aumentando o seu peso na renda. Vejamos qual é o comportamento em relação a renda dos mais e dos menos pobres. A Figura 20 mostra as mudanças no peso relativo das fontes não agrícolas na renda dos mais pobres.

Figura 20 - Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos mais pobres.

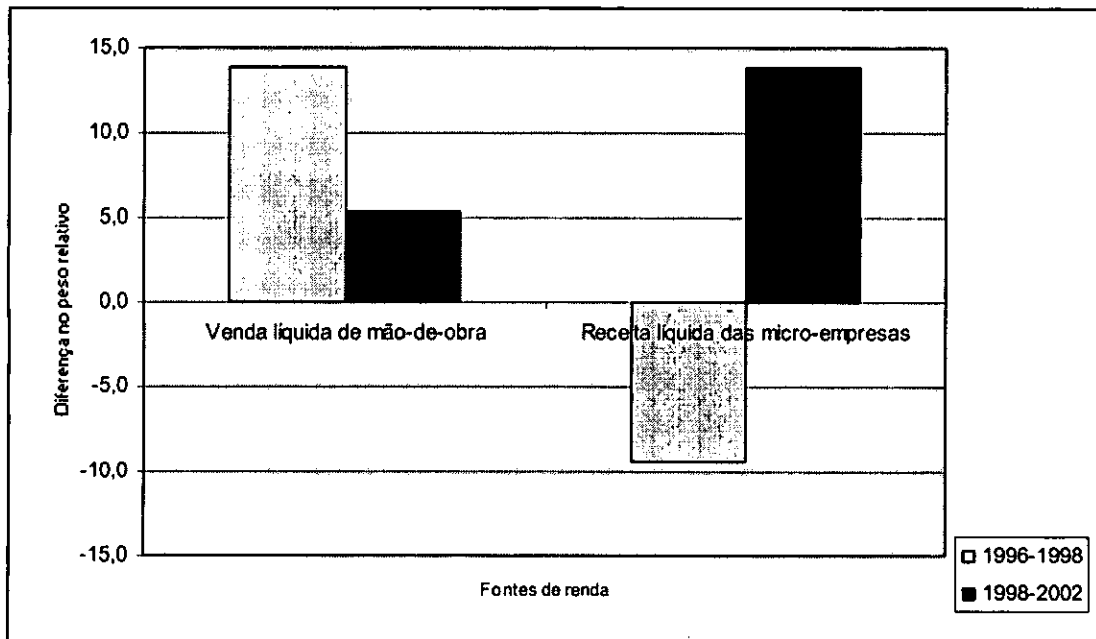


NB: Dados da Tabela 2.

Os dados mostram que em 2002 há uma recuperação da importância das fontes não agrícolas na renda dos mais pobres. As duas fontes de renda não agrícolas tiveram a mesma tendência de mudanças. Porém, as receitas líquidas de micro-empresas cresceram relativamente mais do que a venda líquida de mão-de-obra.

A tendência em relação a receitas líquidas de micro-empresas é similar a que se verifica na renda da família média na região. A Figura 21 mostra as mudanças no peso relativo das fontes não agrícolas na renda dos menos pobres.

Figura 21 - Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos menos pobres.



NB: Dados da Tabela 2.

Ao nível dos menos pobres também houve variações no peso relativo das fontes não agrícolas mas com tendência diferente. A venda líquida de mão-de-obra mantém uma variação positiva, variando o nível de mudança, enquanto que a venda líquida das micro-empresas teve uma variação negativa em 1998. Esta fonte teve uma recuperação em 2002.

O comportamento das receitas líquidas de micro-empresas foi similar em todas as categorias de pobreza e foi a fonte com maiores variações. Enquanto que a venda líquida de mão-de-obra não teve a mesma tendência em 1998, tal como mostram as Figuras 19, 20 e 21.

As fontes de renda não agrícolas mostram uma tendência de crescimento do seu peso na renda em todas as categorias de pobreza, mas o seu peso relativo continua ínfimo. Porém, este peso é relativamente maior entre os menos pobres comparativamente aos mais pobres e a renda da família média.

5. 4. Conclusão

Com base nos dados e conclusões sobre o padrão e a dinâmica da renda rural no Centro e Norte do país e tendo em conta a teoria monetária da pobreza, assente no estudo da renda, qual terá sido a dinâmica da pobreza rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002?

A insuficiência da renda aumenta a possibilidade de permanência na pobreza. Assim, o crescimento da renda indica melhoria nos níveis de pobreza.

Os dados mostraram que os menos pobres são os que melhoraram mais a sua situação relativamente aos mais pobres. Embora a renda tenha crescido em todas as categorias de pobreza, esta cresceu mais entre os menos pobres, com maior peso de fontes não agrícolas.

A dependência à fontes agrícolas, no contexto actual da agricultura em Moçambique (vulnerável aos choques climáticos -chuvas/secas- frequentes na região e afectado pelo fraco desenvolvimento dos mercados agrícolas), aumenta a vulnerabilidade à pobreza, especialmente entre os mais pobres.

A dinâmica da renda rural no Centro e Norte, sugere que a melhoria da situação de pobreza na região poderá ter reduzido a pobreza absoluta, mas aumentou a pobreza relativa. Esta situação nota-se pela maior dependência às fontes agrícolas e, sobretudo, em relação aos alimentos básicos retidos (significando que a maior produção é dedicada ao autoconsumo), enquanto que os menos pobres tem maior peso relativo na diversificação das suas fontes de renda, onde as fontes não agrícolas são mais determinantes, complementando as falhas de obtenção de renda em fontes agrícolas.

O que estes dados não permitem dizer é se essa melhoria é ou não sustentável, facto que dependerá da dinâmica da economia rural em Moçambique. A dinamização dos mercados agrícolas, o aumento da competitividade e da produtividade têm um papel no alargamento da renda rural.

Por outro lado, a forma como for equacionada por parte dos decisores a chamada “teoria restritiva de oportunidades”, que defende que os pobres não poderão evitar a

pobreza a menos que as suas oportunidades económicas melhorem⁵, poderá contribuir para sustentabilizar o crescimento da renda rural, reduzindo a pobreza.

Neste contexto, importa realçar que os mais pobres continuam fortemente dependentes da renda rural, que é vulnerável, condicionando a sua vulnerabilidade à pobreza. Portanto, a sustentabilidade das melhorias registadas, está dependente do desenvolvimento da própria economia rural. Os investimentos, quer ao nível da produção como de infra-estruturas locais, bem como a dinamização dos mercados agrícolas, poderão dinamizar a economia rural, contribuindo para o crescimento da renda líquida total dos mais pobres. Este crescimento poderá estimular outros investimentos, de pequenas indústrias de processamento local, que poderão possibilitar o alargar das possibilidades de obtenção da renda não agrícola, especialmente, por parte dos mais pobres, reduzindo a sua vulnerabilidade.

A dinamização da agricultura rural tem efeitos multiplicadores na melhoria de outras dimensões da pobreza, como o sucesso escolar e a saúde dos mais pobres. Possibilitando o aumento da escolarização e a qualidade de vida dos pobres, pela melhoria das suas condições de saúde, por via da obtenção da renda adequada, também criam-se as condições para o aumento da produtividade em resultado da diminuição da morbilidade da população activa e do aumento de conhecimentos que a educação proporciona.

Embora outros factores como o acesso a bens públicos, habitação condigna, água, educação, saúde, e outros, sejam importantes, o factor renda é determinante para a melhoria da situação de pobreza. Porém, esta variável tem merecido pouca atenção nas estratégias de combate a pobreza, a pesar de ser a que conferi maior poder aos pobres. Conferir maior poder aos pobres, assegura a sustentabilidade da redução da pobreza. Portanto, as estratégias de combate a pobreza devem privilegiar políticas que permitem alargar a renda dos mais pobres.

Numa perspectiva de renda, a redução da pobreza implica a adopção de mecanismos que permitam que os pobres possam sair, por si próprios, da pobreza ou

⁵ "Transition events in the dynamics of poverty, Assistant Secretary for Planning and Evaluation", US Department of Health and Human Services, in: <http://aspe.hhs.gov/hsp/poverty-transitions02/ch2.htm#III1>, visitado em 30-05-2006.

seja, mecanismos que permitam o alargar da sua renda. Portanto, o combate a pobreza passa pelo aumento de oportunidades de geração da renda dos mais pobres.

A análise da dinâmica da renda rural no Centro e Norte do país, de 1996 a 2002, mostrou que ao longo do período em estudo houve mudanças na estrutura da renda, quer ao nível do peso relativo das fontes na renda total como ao nível da tendência da renda.

Apesar da renda agrícola determinar a renda total, constatou-se uma redução do peso relativo das fontes agrícolas na renda total, comparativamente ao das fontes não agrícolas. Esta mudança foi maior entre os menos pobres.

De 1996 a 2002, o peso de frutas e vegetais conheceu uma queda profunda em todas as categorias de pobreza. Entretanto, em 1996 tinha sido uma das principais fontes. Esta situação mostra que a estrutura da renda do Centro e Norte do país sofreu modificações ao longo do período em análise.

Se em 1996, os alimentos básicos retidos, frutas e vegetais eram as principais fontes de renda, em 2002, as principais fontes de renda passaram a ser, para além dos alimentos básicos retidos, a venda líquida de mão-de-obra e as receitas de micro-empresas. Esta mudança indica o aumento da importância das fontes de renda não agrícolas, especialmente entre os agregados familiares menos pobres.

Profundas variações na estrutura da renda, tanto podem ser um indicativo de instabilidade, vulnerabilidade na obtenção da renda como transição, afectando os níveis de renda e, conseqüentemente, de pobreza local. Porém, tendo em conta a redução da importância de algumas fontes agrícolas, como fruta e vegetais retidos e vendidos, e tendo em conta o aumento da importância de fontes não agrícolas, como a venda líquida de mão-de-obra e receitas líquidas de micro-empresas, é razoável considerar que, neste caso, as profundas mudanças registadas são um indicativo de transição na estrutura da renda rural do Centro e Norte do país. Esta transição ocorre com o aumento da diversificação dos mecanismos de obtenção da renda, potencialmente, a partir de fontes não agrícolas. Contudo, é um contexto que ainda beneficia mais os menos pobres do que os mais pobres.

Se bem que a renda total líquida cresceu em todas as categorias de pobreza, este crescimento foi mais assinalável entre os menos pobres.

Desta forma, a análise sugere que ao longo do período em estudo, embora os níveis de pobreza continuem altos houve melhorias da situação de pobreza rural no Centro e Norte do país. Contudo, a melhoria da pobreza não permitiu reduzir a pobreza relativa.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

6. 1. Conclusões

O trabalho tinha em vista analisar a situação de pobreza rural no Centro e Norte do país, a partir da análise do padrão e da dinâmica da renda.

Para um melhor enquadramento do problema, foram apresentadas as principais características dos agregados familiares rurais, como o tamanho dos agregados familiares, situação escolar e posse de recursos.

Embora o tamanho dos agregados familiares das zonas rurais seja inferior ao das zonas urbanas, este continua alto (5.08 membros). Relativamente a situação escolar, os níveis de escolaridade nas zonas rurais são ainda baixos.

Quanto a posse de recursos, de 1996 a 2002, os agregados familiares rurais aumentaram o tamanho das suas machambas. Por outro lado, melhoraram as técnicas de produção, com o aumento da utilização de tracção animal e de insumos. O uso de insumos e da rega continua baixo. Quanto ao uso de mão-de-obra, apenas aumentou para os agregados familiares menos pobres, tendo reduzido em todas as outras categorias.

A estrutura da renda rural é constituída por fontes agrícolas e não agrícolas. Os mais pobres dependem mais das fontes de renda agrícolas, comparativamente aos menos pobres.

Ao longo do período em análise houve mudanças no peso relativo de cada fonte de renda no Centro e Norte do país. Cresceu o peso das fontes de renda não agrícolas na renda total, especialmente entre os menos pobres. Um exemplo de profundas mudanças é dado pelo peso relativo de frutas e vegetais que teve uma queda profunda em todas as categorias de pobreza, de 1996 a 2002. Entretanto, em 1996, esta fonte tinha sido uma das mais importantes. Esta situação mostra como a estrutura da renda do Centro e Norte do país sofreu modificações relativas ao longo do período em análise.

Os alimentos básicos retidos têm um peso relativo maior na renda total, em todas as categorias de pobreza, o que significa que a maior parte da produção agrícola é dedicada ao auto-consumo. Esta situação revela que a comercialização agrícola é ainda fraca, limitando a obtenção da renda agrícola. Por conseguinte, é necessária uma dinamização dos mercados agrícolas para permitir o alarmento da renda rural, para possibilitar a melhoria contínua da situação de pobreza.

Se em 1996, os alimentos básicos retidos, frutas e vegetais eram as principais fontes de renda, em 2002, as principais fontes de renda passaram a ser, para além dos alimentos básicos retidos, a venda líquida de mão-de-obra e as receitas de micro-empresas. Esta mudança indica o aumento da importância das fontes de renda não agrícolas, especialmente entre os menos pobres.

Durante o período em análise a renda total líquida creceu em todas as categorias de pobreza. Assim, este estudo indica que de 1996 a 2002, a região Centro e Norte do país registou melhorias da sua situação de pobreza rural.

Embora tenha havido uma melhoria global, esta foi mais expressiva entre os menos pobres, o que sugere que embora tendo melhorado a pobreza absoluta, a pobreza relativa não melhorou.

Assim, das constatações do trabalho chegamos as seguintes conclusões:

(a) Que de 1996 a 2002, as possibilidades de obtenção de renda aumentaram em todas as categorias de pobreza, mas mais favoravelmente para os menos pobres;

(b) Que embora tenha aumentado a renda dos mais pobres, que possibilitou a melhoria relativa dos seus níveis de pobreza, a sua vulnerabilidade à pobreza é ainda maior pela sua dependência à fontes vulneráveis, dadas as condições actuais de prática agrícola;

(c) Que a melhoria das condições de pobreza rural no Centro e Norte do país depende do desenvolvimento do sector agrícola, com a melhoria dos mercados agrícolas e da produtividade;

(d) Que o desenvolvimento do sector agrícola criará condições para o surgimento de outras actividades que irão alargar as possibilidades de obtenção de renda por parte dos mais pobres, reduzindo a sua vulnerabilidade.

Deste modo, face as actuais condições da prática agrícola no país (caracterizadas por uma fraca aplicação de tecnologias, fraco desenvolvimento de mercados agrícolas, fraco desenvolvimento infra-estrutural e uma forte dependência à factores naturais), a sustentabilidade das melhorias registadas nos níveis de pobreza local, dependerá do crescimento da possibilidade de obtenção de renda no meio rural, quer agrícola como não agrícola, para reduzir a vulnerabilidade dos pobres.

Embora o padrão e a dinâmica da renda rural do Centro e Norte do país tenham mostrado um relativo crescimento do peso de fontes não agrícolas, a renda rural continua fortemente dependente de fontes agrícolas.

O rendimento agrícola depende do volume de produção, da possibilidade de venda dessa produção e, especialmente, do preço de venda. O valor da produção retida constitui o valor do autoconsumo. Por conseguinte, a produtividade agrícola e a possibilidade de venda a preço favorável condicionam a renda líquida de fontes agrícolas, das quais depende a maioria dos agregados familiares rurais.

Numa perspectiva monetária de pobreza, o aumento da possibilidade de obtenção da renda, que permita o crescimento da renda líquida, aumenta a capacidade de saída e reduz o risco de entrada para a pobreza.

Para a redução da pobreza, o crescimento da receita líquida dos indivíduos deve ser sustentável. Essa sustentabilidade depende do comportamento das fontes que a compõem e de políticas concretas dos agentes decisores, capazes de as potenciar.

Os dados mostram uma tendência similar em todas as categorias de rendimento, comparativamente a renda média na região, indicando um crescimento da renda, quer ao nível da renda média como em cada categoria de pobreza.

Apesar dos constrangimentos na produção agrícola, ciclicamente afectada por adversidades naturais (excesso de chuva ou seca) mas também fortemente dependente destas, regista-se um crescimento assinalável da renda Centro e Norte do país. Este crescimento é potenciado pelo aumento do peso das fontes de renda não agrícolas, especialmente entre os menos pobres.

Embora em 2002 se tenha registado um crescimento na renda total em todas as categorias de pobreza, considerando a precariedade inicial do nível de renda geral, que realça o salto evidenciado, este crescimento é ainda insuficiente para uma melhoria

significativa dos níveis de pobreza na região em estudo. Este facto, justifica a continuação de níveis consideráveis de pobreza rural, o que mostra que o desafio da redução da pobreza é ainda maior.

O aumento da renda líquida total, no período em análise, sugere que houve melhoria nos níveis de pobreza em todas as categorias. A sustentabilidade das melhorias verificadas dependerá do crescimento contínuo e sistemático do rendimento líquido total, especialmente dos mais pobres.

6. 2. Implicações

Segue-se a indicação das principais implicações do estudo, quer ao nível de políticas como de futuras investigações.

6. 2. 1. Para as políticas

Uma análise da pobreza a partir da estrutura da renda, permite verificar o comportamento das fontes que determinam a renda ao longo do tempo. A identificação das fontes que mais contribuem para a renda total dos agregados familiares e o seu comportamento, permite a definição de políticas capazes de potenciar essas fontes, influenciando a renda total. Por outro lado, importa sustentabilizar as fontes de renda mais importantes na renda total dos indivíduos.

O trabalho mostrou que os agregados familiares mais pobres continuam fortemente dependentes da renda agrícola. Dada a instabilidade na obtenção da renda agrícola, associada à prática agrícola dependente de factores naturais, importa que sejam adoptadas políticas capazes de promover o alargamento da possibilidade de obtenção crescente de renda não agrícola, especialmente para os agregados familiares mais pobres, sem, contudo, desconsiderar a importância da renda agrícola. A possibilidade de obtenção da renda não agrícola para os mais pobres, não só permite alargar o seu nível de renda como também possibilita reduzir a sua vulnerabilidade em caso de desiquilíbrio na renda agrícola.

A adopção de políticas que estimulem os pequenos produtores, passa também pela definição de mecanismos capazes de dinamizar a comercialização agrícola. Neste

processo, o reforço das lojas rurais e a promoção de pequenas indústrias agro-pecuárias, capazes de aproveitar a produção agrícola local, jogam um papel chave no estímulo do desenvolvimento da economia rural, para a redução da pobreza. Estes investimentos permitem, por outro lado, aumentar a possibilidade de venda de mão-de-obra rural, com impacto no alargamento da renda não agrícola, especialmente dos mais pobres, reduzindo a sua pobreza.

São necessárias políticas que promovam a criação de postos de trabalho para pessoas de baixa escolarização, proporcionando uma maior possibilidade de obtenção da renda não agrícola. Esta política além de diversificar as fontes de renda dos mais pobres, pode estimular o aumento dos níveis educacionais nas zonas rurais, criando a competitividade no mercado de trabalho.

6. 2. 2. Para a pesquisa

O trabalho despertou a necessidade de se aprofundar continuamente a análise da relação entre renda e outros factores estruturais que a condicionam, comprometendo o bem estar dos indivíduos. Um estudo aprofundado sobre esta relação possibilitará um maior conhecimento dos determinantes da renda rural, ilustrando pontos de intervenção para o seu alargamento contínuo, reduzindo a vulnerabilidade dos mais pobres.

Por outro lado, deve ser aprofundado o estudo de estratégias para a promoção do emprego rural, para dinamizar a economia rural e possibilitar o alargamento da renda rural, com efeito nos níveis de pobreza local. Porém, se por um lado o emprego rural pode depender do nível de desenvolvimento agrícola local, este, também condiciona o nível de desenvolvimento agrícola local. Assim, importa aprofundar o conhecimento da relação entre emprego rural e pobreza.

A relação entre características demográficas e a posse de recurso, sugere ser importante o aprofundamento do estudo da relação entre a dinâmica populacional e a pobreza. Neste caso, importa aprofundar o conhecimento da forma como a dinâmica populacional condiciona a obtenção da renda, determinando os níveis de pobreza local.

7. BIBLIOGRAFIA

- Barros, Ricardo P., *et al.* (2000). Demographic Changes and Poverty in Brazil. In: *Texto Para Discussão*, nº 755, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Setembro, pp. 1 - 28.
- BM (2004). “Pobreza mundial reduzida pela metade desde 1981 mas avanços são desiguais porque o crescimento económico não alcançou muitos países”. In: *Indicadores de Desenvolvimento Mundial*, Banco Mundial (BM).
- Bradshaw, Ted K. (2006). “Theories of poverty and anti-poverty programs in community development”. In: *Working Paper Series*, nº 06-05, Rural Poverty Research Center (RUPRI), February, pp. 1 - 21.
- Buck, Tilman e Broeck, K. Van Den (2006). “Growth, employment and poverty in Mozambique”. In: *Discussion Paper*, nº 21, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Janeiro, pp. 1 - 64.
- Carrilho, João *et al.* (2003), Qual o papel da agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique? *Relatório de Pesquisa*, nº 53P, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Carvalho, Soniya (1997). “Combining the quantitative and qualitative approaches to poverty measurement and analysis: The practice and the potential”. In: *World Bank Technical Paper*, no. 366, Maio, pp. 1 - 30.
- Duarte, António. “As causas da pobreza”. in: <http://grandelocado.queijolimiano.blogspot.com/2004/08/as-causas-da-pobreza.html>, visitado em 11-04-2006.
- Ezequiel, Márcio. “Pobreza como objecto histórico: problemas empíricos e teóricos”. In: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg4.htm, visitado em 16-05-2006.
- Farrington, John e Robinson, Marck (2006). “Introduction: Meeting the challenges to growth and poverty reduction”. In: *Development Policy Review*, vol. 24, nº 1, Junho, pp. 3 - 12.
- Ferreira, Leonor Vasconcelos (2005). “Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal”. In: *FEP Working Papers*, nº 178, Faculdade de Economia do Porto (FEP), Junho, pp. 1 - 21.
- Grupo dos 20 (2004). *Relatório Anual da Pobreza*.
- Glennster, H. (2000). “US poverty studies and poverty measurement: The past twenty five years”. In: *CASE papers*, nº 42, Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics, October, pp. 1 - 29.
- Governo de Moçambique (2000). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)*. Maputo: Promédia.
- Hodges, T. & Tibana, R. (2005). *A economia política do orçamento em Moçambique*. Cascais: Principia.
- INE (1998). Relatório final do inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar, 1996/97.
- ____ (2004). Relatório final do inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar, 2002/03.

- Khan, Mahmood H. (2001). *Rural poverty in developing countries: Implications for public policy*. Washington: International Monetary Fund (IMF).
- Isaksen, J.; Staaland, A. & Weimer, B. (2005). *Poverty in Mozambique: Discourse, analysis and monitoring: Suggestions for national stakeholders and the Donor Community*. Chri Michelsen Institute Report, nº 9.
- Laderchi, Caterina, *et. al.* (2003). "Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches". *Oxford Development Studies*, vol. 31, September.
- Lopes, Hélder M. *et al.* (2005). "Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: Uma análise aplicada para o Brasil e Minas Gerais". In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 9, nº 1, Janeiro/Abril, pp. 125-152.
- Lustig, Nora, *et. al.* (2002). "Poverty reduction and economic growth". In: Technical Papers Series, nº POV-111, Inter-America Development Bank: Sustainable Development Department, March, pp. 1 – 21.
- MADER (2004). ProAgri II: Documento Estratégico, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Março.
- Marrule, Higino de (1998). "Algumas reflexões sobre a pobreza e as perspectivas para o crescimento do sector rural em Moçambique". In: *FLASH*, nº 14P, Setembro, pp. 1 – 7.
- Massuanganhe, Israel J. (2005). "Modelling PRSP II and poverty reduction in Mozambique local development: Econometric analysis of factors determining Millennium Development Goals by 2015". In: *Working Paper*, nº 6, UNDP/UNCDF Mozambique, November, pp. 1 – 24.
- Massingarela, Cláudio, *et. al.* (2005). "Mercados rurais de emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambázia". In: *Discussion Paper*, nº 31P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Dezembro, pp. 1 – 94.
- Mate, Alexandre, *et. al.* (2005). "Relatório final do estudo qualitativo sobre a pobreza: Casos das províncias de Inhambane e Sofala". In: *Discussion Papers*, nº 23P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Novembro, pp. 1 - 14.
- Maximiano, N. L. B.; Arndt, C. & Simler, K. R. (2005). *Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique?* Ministério do Plano e Desenvolvimento, Março.
- Meng, Xin; Gregory, Robert e Wang, Youjuan (2005). "Poverty inequality, and growth in urban China, 1986-2000". In: *Discussion Paper*, nº 1452, Institute for the Study of Labour (IZA), January, pp. 1 - 38.
- MINAG/MSU (2005). "Análise do crescimento do rendimento dos agregados familiares rurais em Moçambique, 1996-2002: Implicações para o desenvolvimento agrícola no contexto do Proagrill e PARPAII", Julho. In: [http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_\(port\).pdf](http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_(port).pdf). Visitado em 13-03-2006.
- MPF (2003). *Implementação do PARPA: Relatório de Avaliação, 2001-2002*, Ministério do Plano e Finanças (MPF), Abril.
- ____ (2002). Mapeamento de pobreza em Moçambique: Desagregação das estimativas da pobreza e desigualdade aos níveis de distrito e posto administrativo. Ministério do Plano e Finanças (MPF), Repartição de Estudos e Políticas Sectoriais, Janeiro.

- _____. (2004). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Segunda avaliação nacional*, Ministério do Plano e Finanças (MPF)/Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas (IFPRI)Março.
- Negrão, José G. (2001). "Como induzir o desenvolvimento em África". In: *Documento de Trabalho*, nº 61, CESA, pp. 1 – 25.
- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2000). *A pobreza em Maputo*. Lisboa: Cooperação, 2002.
- PNUD (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- Ravallion, Martin (2004). "Growth, inequality, and poverty: Look beyond averages", In: Shorrocks, A. & Hoeven, R. V. D. (ed.) *Growth, inequality, and poverty: Prospects for pro-poor economic development*. Oxford: Oxford University Press.
- Ravallion, Martin (1992). "Poverty comparisons: A guid to concepts and methods". In: *Living Standards Reasurement Study Working Paper*, nº 88, The World Bank, Feberuary.
- Reddy, S. G. e Pogge, T. W. (2005). "How not to count the poor". In: <http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>, visitado em 16-03-2006.
- Reddy, Sanjay G. e Minoiv, Camelia (2005). "Has world poverty really fallen during the 1990s?" In: www.columbia.edu/~sr793/sensitivityanalysis.pdf, visitado em 17-08-2006.
- Ribas, Rafael Perez (2005). "Determinantes do risco de pobreza urbana no Brasil, durante a década de 90". In: *Texto para Discussão*, nº 266, Universidade Federal de Minas Gerais, Junho.
- Riddell, Roger (2004). "Approaches to poverty: A note from the 'development' perspective". In: *International Council on Human Rights Policy, Researchers Meeting: Poverty, Development, Rights*, Geneva, November 24-25.
- Rocha, Sónia (2000). "Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil". In: *Texto Para Discussão*, nº 720, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Abril, pp. 1 – 18.
- _____. (1996). "Renda e pobreza: Os impactos do Plano Real". In: *Texto Para Discussão*, nº 439, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Dezembro, pp. 1 - 20.
- Satterthwaite, David (2001). "Pobreza rural e urbana: Entendendo as diferenças". In: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0901/ijep/ie090110.htm>, visitado em 19-07-2006.
- Schneider, Sérgio e Fialho, Marco A. V. (2000). "Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul". In: *Teoria e Evidência Económica*, vol. 8, nº 15, pp. 117 – 149.
- Schwartzman, Simon (1997). "Estatísticas da pobreza". In: *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 58, nº 209, Janeiro/Junho, pp. 7 - 18.
- Shorrocks, Anthony e Hoeven, R. V. D. (2004). *Growth inequality and poverty*. Oxford: Oxford University Press.
- Simler, Kenneth, et. al. (2004). "Rebuilding after war: Micro-level determinants of poverty reduction in Moçambique". In: *Research Report*, nº 132, International Food Policy Research Institute.
- Smeeding, Timothy M. (2000). "Sociology of poverty". In: *Luxembourg Income Study Working Paper* nº 315, December, pp. 1 - 15.
- Tschirley, David & Benfica, Rui (2000). "O papel do mercado de trabalho, microempresas, e agricultura na redução da pobreza rural em Moçambique". In:

FLASH, Nº 6, Novembro.

- _____ (2001). "Sector familiar agrícola, mercado de trabalho rural e alívio da pobreza rural em áreas com abundância de terras em África: Evidência de Moçambique". In: *Relatório de Pesquisa*, nº 41P, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Março, pp. 1 – 28.
- Wuyts, M.** (2004). "Sorting out conceptions of poverty" In: *Tanzania diploma in poverty analysis: Conceptualising poverty*, September.
- Valerio, Alexandria, et. al.** (2005). "Moçambique, Análise de pobreza e impacto social: Admissão e retenção no ensino primário, impacto das propinas escolares". In: *Relatório nº 29423-MZ*, Banco Mundial, Janeiro.
- Vieira, Sérgio Pires** (2005). "Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza: Análise da situação em Moçambique". In: *Documento de Trabalho*, nº 68, Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CESA).

ERRATA

“RENDA E POBREZA RURAL NO CENTRO E NORTE DE MOÇAMBIQUE, 1996 – 2002”

Teles Chigamane Sociado Huo

Tese entregue ao Registo Académico para Pós-Graduação, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, a 22-12-2006, para a obtenção do título de Mestre em População e Desenvolvimento, do Centro de Estudos da População.

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
3	14, 16	dissertação	tese
6	27	mortabilidade	mortalidade
7	29	desempenhe	desempenha
8	21	apresentam	apresenta
8	22	Defendem	Defende
10	19	poreza	pobreza
12	12	refer	refere
12	27	um	uma
14	6	recomendam	recomenda
16	10	dissertação	tese
17	10	O estudo foi utiliza	O estudo utiliza
19	7	mostram	mostra

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
26	7	uilização	utilização
26	8	influecia	influencia
39	7	de micro-empresas	das micro-empresas
40	24	dos menos pobres	dos menos pobres.
41	3	agrícola agrícolas	agrícolas
42	1	Do	No
43	1	Nesta secção	Nesta sub-secção
43	5	fonte agrícolas	fonte agrícola
43	6	Os dado	Os dados
45	12	média	média
45	13	não sucedeu	não sucedeu o mesmo
46	3	fonte agrícolas	fontes agrícolas
47	5	Esta secção	Esta sub-secção
47	8	não agrícolas	não agrícola
47	8	na família médias	na família média
48	2	renda da da família média	renda da família média
48	10 e 12	de micro-empresas	das micro-empresas
49	2	mantende	manteve
49	6	de micro-empresas	das micro-empresas
50	5	insuficiência	insuficiência
52	1	Portanto	Assim
52	23	de micro-empresas	das micro-empresas
55	9	de micro-empresas	das micro-empresas
56	26	da renda Centro e...	da renda no Centro e...
57	23	desiquelíbrio	desequilíbrio

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Tamanho médio dos agregados familiares por província, TIA 2002.</i>	19
Figura 2 - <i>Percentagem da população por níveis educacionais, IAF 2002/03.</i>	20
Figura 3 - <i>Nível de analfabetismo por província, TIA 2002.</i>	22
Figura 4 - <i>Tamanho da machamba (ha), por agregado familiar.</i>	23
Figura 5 - <i>Área total da terra cultivada por agregado familiar.</i>	24
Figura 6 - <i>Percentagem de agregados familiares que usam tracção animal.</i>	25
Figura 7 - <i>Percentagem de famílias que usam insumos.</i>	26
Figura 8 - <i>Percentagem de famílias que usam força de trabalho na machamba.</i>	28
Figura 9 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda média.</i>	32
Figura 10 - <i>Produção agrícola por cultura, 1996 e 2002.</i>	33
Figura 11 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos mais pobres.</i>	34
Figura 12 - <i>Peso relativo das fontes agrícolas na renda dos menos pobres.</i>	35
Figura 13 - <i>Peso relativo das fontes não agrícolas na renda da família média.</i>	37
Figura 14 - <i>Estrutura da renda não agrícola dos mais pobres.</i>	38
Figura 15 - <i>Estrutura da renda não agrícola dos menos pobres.</i>	39
Figura 16 - <i>Mudanças no peso de cada fonte agrícola, na família média.</i>	43
Figura 17 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos mais pobres.</i>	45
Figura 18 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes agrícolas dos menos pobres.</i>	46
Figura 19 - <i>Mudanças no peso de cada fonte não agrícola, na família média.</i>	47
Figura 20 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos mais pobres.</i>	48
Figura 21 - <i>Mudanças no peso relativo de fontes não agrícolas dos menos pobres.</i>	49

7. BIBLIOGRAFIA

- Barros, Ricardo P., *et. al.* (2000). "Demographic Changes and Poverty in Brazil". *Texto Para Discussão*, nº 755, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Setembro, pp. 1 - 28.
- Banco Mundial (2004). Pobreza mundial reduzida pela metade desde 1981, mas avanços são desiguais porque o crescimento económico não alcançou muitos países. *Indicadores de Desenvolvimento Mundial*, Banco Mundial (BM).
- Bradshaw, Ted K. (2006). "Theories of poverty and anti-poverty programs in community development". *Working Paper Series*, nº 06-05, Rural Poverty Research Center (RUPRI), February, pp. 1 - 21.
- Buck, Tilman e Broeck, K. Van Den (2006). "Growth, employment and poverty in Mozambique". *Discussion Paper* nº 21, *Ministério de Planificação e Desenvolvimento*, Janeiro, pp. 1 - 64.
- Carrilho, João, *et. al.* (2003), Qual o papel da agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique? *Relatório de Pesquisa*, nº 53P, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Carvalho, Soniya (1997). "Combining the quantitative and qualitative approaches to poverty measurement and analysis: The practice and the potential". *World Bank Technical Paper*, no. 366, Maio, pp. 1 - 30.
- Duarte, António. As causas da pobreza. in:
<http://grandelocado.queijolimiano.blogspot.com/2004/08/as-causas-da-pobreza.html>, visitado em 11-04-2006.
- Ezequiel, Márcio. Pobreza como objecto histórico: problemas empíricos e teóricos. In: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg4.htm, visitado em 16-05-2006.
- Farrington, John e Robinson, Marck (2006). "Introduction: Meeting the challenges to growth and poverty reduction". *Development Policy Review*, vol. 24, nº 1, Junho, pp. 3 - 12.
- Ferreira, L. Vasconcelos (2005). "Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal". *FEP Working Papers*, nº 178, Faculdade de Economia do Porto (FEP), Junho, pp. 1 - 21.
- Grupo dos 20 (2004). *Relatório Anual da Pobreza*.
- Glennester, H. (2000). "US poverty studies and poverty measurement: The past twenty five years". *CASE papers*, nº 42, Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics, October, pp. 1 - 29.
- Governo de Moçambique (2000). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)*. Maputo: Promédia.
- Hodges, Tony & Tibana, Roberto (2005). *A economia política do orçamento em Moçambique*. Cascais: Príncipia.
- Instituto Nacional de Estatística (1998). Relatório final do inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar, 1996/97.
- _____ (2004). Relatório final do inquérito aos Agregados Familiares Sobre o Orçamento Familiar, 2002/03.

- Khan, Mahmood H. (2001). *Rural poverty in developing countries: Implications for public policy*. Washington: International Monetary Fund (IMF).
- Isaksen, J.; Staaland, A. e Weimer, B. (2005). Poverty in Mozambique: Discourse, analysis and monitoring: Suggestions for national stakeholders and the Donor Community. *Chri Michelsen Institute Report*, nº 9.
- Laderchi, Caterina, et. al. (2003). Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *Oxford Development Studies*, vol. 31, September.
- Lopes, Hélder M., et. al. (2005). "Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: Uma análise aplicada para o Brasil e Minas Gerais". *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 9, nº 1, Janeiro/Abril, pp. 125-152.
- Lustig, Nora, et. al. (2002). "Poverty reduction and economic growth". *Technical Papers Series*, nº POV-111, Inter-America Development Bank: Sustainable Development Department, March, pp. 1 – 21.
- MADER (2004). ProAgri II: Documento Estratégico. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Março.
- Marrule, Higino de (1998). "Algumas reflexões sobre a pobreza e as perspectivas para o crescimento do sector rural em Moçambique". *FLASH*, nº 14P, Setembro, pp. 1-7.
- Massuanganhe, Israel J. (2005). "Modelling PRSP II and poverty reduction in Mozambique local development: Econometric analysis of factors determining Millennium Development Goals by 2015". *Working Paper*, nº 6, UNDP/UNCDF Mozambique, November, pp. 1 – 24.
- Massingarela, Cláudio, et. al. (2005). "Mercados rurais de emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambázia". *Discussion Paper*, nº 31P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Dezembro, pp. 1 – 94.
- Mate, Alexandre, et. al. (2005). "Relatório final do estudo qualitativo sobre a pobreza: Casos das províncias de Inhambane e Sofala". *Discussion Papers*, nº 23P, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Novembro, pp. 1 -114.
- Maximiano, N. L. B.; Arndt, C. e Simler, K. R. (2005). Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique? Ministério do Plano e Desenvolvimento, Março. In: <http://1.1.1.1/379947716/370831424T070118164218.txt.binXMysM0dapplication/pdfXsysM0dhttp://www.op.gov.mz/documentos/Determinantes%20da%20Pobreza%20em%20Mocambique.pdf>, 27-07-2006.
- Meng, Xin; Gregory, Robert e Wang, Youjuan (2005). "Poverty inequality, and growth in urban China, 1986-2000". *Discussion Paper*, nº 1452, Institute for the Study of Labour (IZA), January, pp. 1 - 38.
- MINAG/MSU (2005). Análise do crescimento do rendimento dos agregados familiares rurais em Moçambique, 1996-2002: Implicações para o desenvolvimento agrário no contexto do ProagrIII e PARPAII, Julho. In: [http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_\(port\).pdf](http://www.aec.msn.edu/agecon/fs2/mozambique/policypres/Mozambique_Rural_House_Income_Growth_1996-2002_(port).pdf). Visitado em 13-03-2006.
- MPF. (2003). *Implementação do PARPA: Relatório de Avaliação, 2001-2002*, Ministério do Plano e Finanças (MPF), Abril.

- ____ (2002). Mapeamento de pobreza em Moçambique: Desagregação das estimativas da pobreza e desigualdade aos níveis de distrito e posto administrativo. Ministério do Plano e Finanças (MPF), Repartição de Estudos e Políticas Sectoriais, Janeiro.
- ____ (2004). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Segunda avaliação nacional*, Ministério do Plano e Finanças (MPF)/Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas (IFPRI) Março.
- Negrão, José G. (2001). "Como induzir o desenvolvimento em África". *Documento de Trabalho*, nº 61, CESA, pp. 1 – 25.
- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2000). *A pobreza em Maputo*. Lisboa: Cooperação, 2002.
- PNUD (1997). *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- Ravallion, Martin (2004). "Growth, inequality, and poverty: Look beyond averages", In: Shorrocks, A. & Hoveen, R. V. D. (ed.) *Growth, inequality, and poverty: Prospects for pro-poor economic development*. Oxford: Oxford University Press.
- ____ (1992). Poverty comparisons: A guid to concepts and methods. *Living Standards Reasurement Study Working Paper*, nº 88, The World Bank, February.
- Reddy, Sanjay G. e Pogge, T. W. (2005). How not to count the poor. In: <http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>, visitado em 16-03-2006.
- Reddy, Sanjay G. e Minoiv, Camelia (2005). Has world poverty really fallen during the 1990s? In: www.columbia.edu/~sr793/sensitivityanalysis.pdf, visitado em 17-08-2006.
- Ribas, Rafael P. (2005). Determinantes do risco de pobreza urbana no Brasil, durante a década de 90. *Texto para Discussão*, nº 266, Universidade Federal de Minas Gerais, Junho.
- Riddell, Roger (2004). "Approaches to poverty: A note from the 'development' perspective". *International Council on Human Rights Policy*, Researchers Meeting: Poverty, Development, Rights. Geneva, November 24-25.
- Rocha, Sónia (2000). "Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil". *Texto Para Discussão*, nº 720, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Abril, pp. 1 – 18.
- ____ (1996). "Renda e pobreza: Os impactos do Plano Real". *Texto Para Discussão*, nº 439, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Dezembro, pp. 1 - 20.
- Satterthwaite, David (2001). Pobreza rural e urbana: Entendendo as diferenças. In: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0901/ijep/ie090110.htm>, visitado em 19-07-2006.
- Schneider, Sérgio e Fialho, Marco A. V. (2000). "Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul". *Teoria e Evidência Económica*, vol. 8, nº 15, pp. 117 – 149.
- Schwartzman, Simon (1997). "Estatísticas da pobreza". *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 58, nº 209, Janeiro/Junho, pp. 7 - 18.
- Shorrocks, Anthony e Hoveen, R. V. D. (2004). *Growth inequality and poverty*. Oxford: Oxford University Press.
- Simler, Kenneth, et. al. (2004). Rebuilding after war: Micro-level determinants of poverty reduction in Moçambique. *Research Report*, nº 132, International Food Policy Research Institute.

- Sitoe, Tomás A. (2005). Agricultura familiar em Moçambique: Estratégias de desenvolvimento sustentável. In:
http://1.1.1.1/378366652/267575312T070118155843.txt.binXMysM0dapplication/pdfXsysM0dhttp://www.sarpn.org.za/documents/d0001749/Agricultura_Mocambique_June2005.pdf, visitado em 29-06-2006.
- Smeeding, Timothy M. (2000). "Sociology of poverty". *Luxembourg Income Study Working Paper*, nº 315, December, pp. 1 - 15.
- Tschirley, David & Benfica, Rui (2000). O papel do mercado de trabalho, microempresas, e agricultura na redução da pobreza rural em Moçambique. *FLASH*, Nº 6, Novembro.
- _____. (2001). "Sector familiar agrícola, mercado de trabalho rural e alívio da pobreza rural em áreas com abundancia de terras em África: Evidência de Moçambique". *Relatório de Pesquisa*, nº 41P, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Março, pp. 1 - 28.
- Wuyts, M. (2004). "Sorting out conceptions of poverty". *Tanzania diploma in poverty Analysis*, conceptualising poverty, September.
- Valerio, Alexandria, *et. al.* (2005). Moçambique, Análise de pobreza e impacto social: Admissão e retenção no ensino primário, impacto das propinas escolares". *Relatório nº 29423-MZ*, Banco Mundial, Janeiro.
- Vieira, Sérgio P. (2005). Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza: Análise da situação em Moçambique. *Documento de Trabalho*, nº 68, Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (CESA).